

Universidade de São Paulo

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Social e do Trabalho

Os sentidos atribuídos à juventude, à violência e à justiça por
jovens em Liberdade Assistida em São Paulo/SP

Larissa Nóbrega Delgado

São Paulo, 2013

Larissa Nóbrega Delgado

Os sentidos atribuídos à juventude, à violência e à justiça por jovens em
Liberdade Assistida em São Paulo/SP.

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado do Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como requisito
parcial para obtenção de título de mestre.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Luis Guilherme Galeão da
Silva

São Paulo

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Larissa Nóbrega Delgado

Os sentidos atribuídos à juventude, à violência e à justiça por jovens em Liberdade Assistida em São Paulo/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção de título de mestre.

Área de concentração: Psicologia Social

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos **jovens** que se dispuseram a participar dessa pesquisa;

Ao **Luis Galeão**, meu orientador, pelo acompanhamento, respeitando minha opinião e modo de ser e por ter me apresentando a novos conhecimentos;

À **Wash**, meu companheiro, por todo apoio dedicado, pelo amor e por ter feito ser possível haver momentos de paz, mesmo no desespero;

Aos meus pais, **Alexandre e Socorro** e minha irmã, **Renata**, por sempre apoiar minha formação e minhas escolhas;

Aos professores **Bernardo e Flávia** pelas contribuições na banca de qualificação e na de defesa;

Às equipes de **funcionários dos Serviços de Medidas Socioeducativas** em Meio Aberto, por terem me recebido e pelo apoio nas atividades;

À **CAPES** pelo financiamento, que possibilitou a dedicação para essa pesquisa;

Aos colegas de mestrado, em especial à **Miriam, Fernanda e Andrea**, pelos bons momentos e pelo apoio;

Ao pessoal do grupo de estudo de psicologia comunitária, pelas contribuições ao longo desse período;

Aos **funcionários do Instituto de Psicologia** por sempre terem sido solícitos quando precisei de informações;

Aos professores **Zélia Ramozzi Chiarottino e Newton** da Silva Junior, por aceitarem se responsabilizar por documentos quando foi necessário.

RESUMO

DELGADO, Larissa Nóbrega. Os sentidos atribuídos à juventude, à violência e à justiça por jovens em Liberdade Assistida em São Paulo/SP. 2013. 113f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esse trabalho buscou questionar o nível de percepção de jovens em Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida quanto às relações sociais que implicam em sua condição. Também procurou saber se as relações de não reconhecimento e não redistribuição de bens materiais perpassam essa percepção. O objetivo da pesquisa foi compreender os sentidos atribuídos à juventude, à violência e à justiça por jovens nessa condição. A metodologia utilizada foi entrevistas semiestruturadas, grupos de produção de fanzines e observações. Participaram 14 jovens, de 15 à 18 anos, moradores de distritos da periferia de São Paulo/SP. A partir das categorias de análise (juventude, violência e justiça), se identificou que as falas sobre a própria juventude estiveram relacionadas a estereótipos e a percepção de outras pessoas. O desejo de consumo foi referência para a vivência da juventude. Interpretou-se esse desejo como uma busca por respeito e estima. Os sentidos sobre violência e justiça/injustiça foram diversificados, mas alguns se sobressaíram nas falas dos jovens. A violência policial foi interpretada como a mais marcante; os jovens mostraram saber da violação de seus direitos, mas as falas apresentam um sentimento de impotência. Não houve referência à percepção do motivo pelo qual os direitos são violados. Quanto à justiça e a injustiça, não há menção à percepção em termos cognitivos de condições de injustiça, mas se fez presente o sentimento de indignação. Considera-se que as relações de não reconhecimento estiveram mais presentes nas falas do que as de não redistribuição.

Palavras-chave: Juventude; Liberdade Assistida; Medidas Socioeducativas; Violência; Justiça; Reconhecimento.

ABSTRACT

DELGADO, Larissa Nóbrega. The meanings to youth, violence and justice attributed by youths in supervised freedom in São Paulo/SP. 2013. 113 p. Dissertation (Master degree) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

This work aims to question about the level of perception of youth in supervised freedom about the social relations that imply their condition. It also questioned about if the relations of no recognition and no redistribution pervades this perception. The objective of the research was to understand the meanings attributed by youth in this condition to youth, violence and justice. The methodology includes semi-structured interview, fanzine groups and observations. 14 youths participated. They are 15 to 18 years old and they live in outskirts of São Paulo. Through the categories of analysis (youth, violence and justice) we identified that the speeches about their own youth were related to stereotypes and with people's perception. The consume desire was a reference to youth experience. We interpreted this desire as they are looking for respect and esteem. The meanings about violence and justice/injustice were diversified, but some of them stood out. Police violence was understood as the most outstanding; youths showed to know about the violation of their rights, but their speeches presented a feeling of impotence. There was no reference to the perception of the reason of their violated rights. About justice and injustice, there was no mention to the perception in cognitive terms about injustice conditions, but there was a feeling of indignation. It is considered that the no recognition relations were more present in the speeches than no redistribution relations.

Key words: Youth; Supervised freedom; Social education measure; Violence; Justice; Recognition.

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de infrações por tipo penal agregado – 2010	28
---	----

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1: Página de fanzine	73
-----------------------------	----

Figura 2: Página de fanzine	96
-----------------------------	----

SUMÁRIO

1. Apresentação	10
2. Introdução	15
3. Contexto da pesquisa	19
3.1. Histórico dos Serviços de Atendimento à Juventude	19
3.2. As Medidas Socioeducativas	23
3.3. Alguns dados sobre jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas	25
3.4. O campo de pesquisa e espaço de moradia dos jovens	28
4. Referencial teórico	31
4.1. Jovens e atos infracionais	31
4.1.1. Juventude	31
4.1.2. Conceitos sobre os atos infracionais	32
4.2. Ser jovem na periferia	35
4.2.1. O papel da mídia na formação das imagens sociais sobre os jovens	35
4.2.2. Jovens, Violência e Pobreza	37
4.3. Reconhecimento e Redistribuição	42
4.3.1. Os padrões de Reconhecimento	42
4.3.2. A relação entre o não reconhecimento e a redistribuição	45
4.3.3. Contradições e sínteses da relação entre reconhecimento e distribuição	47
4.3.4. Redistribuição e Reconhecimento no contexto brasileiro	49
4.4. Jovem e Cultura	51
4.4.1. Fanzine como expressão do jovem	52
5. Objetivo Principal	54
6. Método	54
6.1. A proposta inicial	54
6.2. O desenvolvimento da Pesquisa em campo	55
6.3. Desenvolvimento da pesquisa no SMSE I	56

6.4. Desenvolvimento da pesquisa no SMSE II	59
7. Resultados e Análises	62
7.1. Apresentação dos jovens	62
7.2. Contexto de violência durante a pesquisa	63
7.3. Relação dos jovens com a pesquisadora	67
7.4. Análise Categorical	70
7.4.1. Juventude	71
7.4.2. Violência	75
7.4.2.1. Sentidos de violência e o Jovem como agente	76
7.4.2.2. A percepção da violência sofrida	80
7.4.3. Justiça	87
8. Considerações Finais	104
9. Referências	100
10. Anexos	116

1. Apresentação

Para iniciar a exposição desse trabalho, gostaria de apresentar brevemente a trajetória que resultou na questão de pesquisa a ser discutida. Os trabalhos desenvolvidos anteriormente me proporcionaram o contato com várias vivências da juventude, o que ajudou a construir essa pesquisa.

Meu interesse em trabalhar com jovens e adolescentes vem desde o período da graduação, quando comecei a desenvolver grupos de discussão através de elaboração de fanzines. Como psicóloga, mantive a relação com esse público através de trabalhos em escola, PROJOVEM, Centro de referência da Assistência Social (CRAS) e, por último, em Serviço de Medidas Socioeducativas. O foco, portanto, sempre esteve na juventude pertencente às camadas menos favorecidas da sociedade. Esse trajeto me levou a começar a trabalhar com jovens em conflito com a lei, atuando em um Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE/MA) entre 2010 e 2011 na Zona Leste da cidade de São Paulo.

As atividades desenvolvidas eram principalmente as de atendimento individual, no qual se discutia sua situação judicial, familiar e escolar, planos para futuro, empregos e outras atividades que desenvolvessem, além de situações cotidianas. Além desses atendimentos, havia encontros em grupos para se discutir alguma questão, a qual geralmente era pensada previamente pelo técnico responsável.

Nos atendimentos individuais e conversas informais com os jovens que frequentavam o Serviço, foi possível ouvir relatos de diversas trajetórias de vida e histórias familiares, motivações e comportamentos dessas pessoas. Presenciei diferentes posturas e entendimentos dos técnicos em relação aos jovens atendidos. A atuação desses profissionais era diversificada, interpreto que eram permeadas por suas

concepções sobre juventude e sobre a condição de estar “em conflito com a lei”. Alguns encaravam o jovem que era atendido como alguém que apenas foi irresponsável “como todo adolescente” e de quem não se devia cobrar tanto, afinal “adolescente é assim”. Outros se mostraram receosos em relação à aproximação com esses jovens por compreendê-los como pessoas que violentaram outras de algum modo. Essa postura era mais comum entre pessoas que não havia trabalhado na área antes. Entretanto, algo em comum entre essas práticas consistia em buscar ouvir aqueles garotos e garotas, o que muitas vezes não acontecia em outros ambientes, como na escola e nos tribunais. Nos meus trabalhos, havia percebido o quanto a concepção de “adolescência normal” poderia ser prejudicial ao trabalho com jovens, tendo em vista a sua diversidade de vivências. No Serviço de MSE, penso que uma atuação apoiada nesse olhar naturaliza a condição na qual esses jovens estão e mascara as questões que a atravessam.

Alguns relatos que ouvi retratam cenas de violência e humilhação. Atendi um jovem que contou que ele e três amigos foram confundidos com outros jovens do mesmo bairro, sendo atacados pela polícia a tiros enquanto estavam em uma praça. Os policiais estavam sem farda em motos, mas os moradores os conheciam e sabiam que se tratava de policiais. Dois jovens foram assassinados. O rapaz que eu atendia passou a ser evitado pela comunidade, pois, embora soubessem da confusão de identidades, os moradores tinham medo que seus filhos ficassem perto dele. O jovem passou a ser perseguido por esses policiais até mesmo em frente à sua casa. Sua mãe confirmou o relato. Outro caso de violência policial foi com uma garota, que foi desrespeitada por seu modo de se vestir ser considerado socialmente como adequado apenas a garotos. Ela cumpria Semiliberdade e eu acompanhava sua Prestação de Serviços. Contou-me que foi obrigada a entrar no carro de policiais e a consumir cocaína até não poder aguentar. Segundo ela, quando viram que não estava aguentando, a jogaram para fora do carro.

Houve, também, vários que me contavam terem sido abordados pela polícia pela rua, que perguntava se “tinham passagem” (passagem pela Fundação CASA) e precisavam mostrar a carteirinha para comprovar se estavam cumprindo. Embora nós, técnicos, falássemos que eles não tinham direito de monitorar o cumprimento, eles mostravam por medo.

Houve mãe que relatou a entrada de policiais em sua casa, vasculhando tudo, sem respeito algum, procurando algo que o filho dela pudesse ter escondido. Ela sentiu o desrespeito, mas apenas ficou quieta. Nesse seu relato disse: “Mexeram até nas panelas! O que poderia ter nas panelas?!”. Algumas outras mães não queriam ouvir o filho durante os atendimentos com ambos, havendo também conflitos entre mãe e filho nesses atendimentos (os atendimentos eram individuais, mas o primeiro precisava ser com um responsável). Poucos pais eram presentes no Serviço, apesar dos esforços dos técnicos para que comparecessem às reuniões com os responsáveis, nas quais a maioria presente era de mães.

A maioria dos jovens que frequentavam o Serviço de Medidas era primários, garotos que foram apreendidos pela primeira vez. O vínculo era criado e era impossível não me perguntar como muitos deles poderiam ser vistos como “ameaça à sociedade”.

O Sistema da medida socioeducativa era contraditório, algumas vezes. Os jovens não precisam contar às pessoas sobre sua condição judicial, mas ao obter um emprego, precisavam avisar que deveriam sair desse algumas horas por semana para comparecer ao Serviço de Medidas e, dessa forma, acabava informando sobre sua condição, o que poderia mudar a relação com seu empregador ou mesmo não conseguir o emprego. No relatório escrito pelos técnicos, enviado aos juízes, indicar o emprego obtido era bastante favorável ao jovem, mesmo que fosse uma atividade que tomasse bastante do

seu tempo e lhe pagasse injustamente. Já quanto à escola, os jovens ao tentar vagas eram estigmatizados como “aluno problema”, aquele que não se quer em sala de aula. Às vezes isso era dito diretamente, às vezes apenas se dizia que não havia vagas, algumas escolas nem mesmo assinavam o pedido que enviávamos pelos pais/responsáveis¹. Era preciso, então, intervenção através de visitas à escola e até pedido de declaração da justiça que obrigasse a escola a conceder a vaga, o que demorava muito a chegar, muitas vezes já próximo de encerrar o semestre letivo.

A violência era vista em todos os lados do cotidiano desses jovens e suas famílias. Cotidiano que, além de marcado por essa violência, estava atravessado por sua ligação com o Sistema de Medidas Socioeducativas. O questionamento que se sobressaiu a partir dessas observações foi quanto aos sentidos que as vivências dentro desse contexto têm para esses jovens, e de que forma eles entendem as relações entre elas. Consideramos que esses sentidos devem ser discutidos a fim de contribuir para a compreensão da condição desses sujeitos.

Visto que esse questionamento poderia abrir temáticas diversas, foi preciso pensar em como delimitá-lo. Para tanto, os instrumentos de pesquisa foram planejados de forma que, embora delineassem os campos de discussão, tornassem possível o surgimento de outros temas. Como será discutido adiante, a Juventude, a Violência e a Justiça formaram as categorias finais.

¹Era comum os técnicos, após a vaga ser negada ao jovem, fazer um documento solicitando a vaga, lembrando de seus direitos pelo ECA. No fim do documento havia um espaço para o representante da escola marcar “sim” ou “não” para a solicitação e um espaço para que se explicassem. O garoto levava para a escola com seu responsável e depois levava de volta para seu técnico para que ficasse arquivado na pasta do jovem.

Essa dissertação se inicia com uma breve introdução aos temas da juventude e da juventude em cumprimento de medidas socioeducativas. Em seguida, apresentamos o contexto geral da temática do “jovem em conflito com a lei”. Nessa parte, descrevemos o histórico dos serviços destinados à infância e juventude desde o fim do século XIX à criação da atual Fundação CASA. É apresentado como funcionam as medidas socioeducativas regidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de dados do contexto de cumprimento dessas medidas. Partimos, então, para o referencial teórico. Nesse, expomos uma revisão de literatura sobre conceitos em torno da temática da juventude e dos atos infracionais, sob o título de “Jovens e Atos infracionais”. Seguimos com a discussão do contexto social de jovens moradores da periferia de São Paulo/SP. Discutimos nessa parte o papel da mídia na formação das imagens sociais sobre os jovens, associando às situações de violência e pobreza que implicam na condição judicial em que estão. Avançamos, então, no suporte teórico dessa pesquisa, no tópico “Reconhecimento e Redistribuição”. Nesse momento, apresentamos a teoria de Honneth (2003) sobre os Padrões de reconhecimento e a Luta por reconhecimento, seguida das concepções de Fraser (2007) sobre essas questões e de algumas considerações finais sobre essa discussão. Fazemos, então, breves apontamentos sobre a relação entre jovens e cultura para apresentarmos um de nossos instrumentos de pesquisa, o fanzine. Os objetivos serão, então, expostos para iniciar a descrição do trabalho de campo. Tentamos detalhar o processo de pesquisa, expondo as dificuldades e o modo como se realizou. Na sessão “Resultados e Análises”, interpretamos as informações obtidas, sempre com trechos de entrevistas, conversas informais e observações narradas no diário de campo. Por fim, desenvolvemos algumas considerações finais. Nos anexos constam as cópias dos fanzines produzidos e o roteiro de entrevista.

2. Introdução

Período turbulento da vida, que provoca angústia; experimentar e transgredir regras; busca de identidade adulta; fase necessária ao desenvolvimento do ser humano (Rosário, 2004). Essas são algumas das características consideradas típicas da chamada adolescência, pela qual toda pessoa nessa “fase da vida” passaria. Trata-se de uma perspectiva universal e naturalizante, que nesse trabalho, se rejeita.

Alguns discursos já utilizados pela Medicina e Biologia favorecem essa concepção da adolescência enquanto uma fase natural de formação e transição, em que mudanças que ocorrem no organismo causam certas características psicológicas e existenciais (Coimbra e Nascimento, 2005). Esses discursos, junto a outros associados à Psicologia e Pedagogia, tornam esses aspectos normativos e previsíveis (Araújo e Oliveira, 2010). Bock (2004) aponta que a Psicologia tornou a adolescência uma fase natural do desenvolvimento e quem a institucionalizou foi Erickson ao constituí-la como uma etapa marcada pela confusão de papéis, dificuldades para estabelecer uma identidade própria e como uma fase da vida que consiste na passagem da infância para a vida adulta. Já Knobel instituiu a “síndrome normal da adolescência” e Becker e Calligaris elucidaram os fatores culturais determinantes desse conceito, porém sem desfazer a visão abstrata que carrega (Apud, Bock, 2004). Essas teorias constituíram, então, um conceito de adolescência como uma fase do desenvolvimento, natural, universal, semipatológica, repleta de conflitos, mas que também sofre influência do meio sócio cultural. Essa é uma visão frequente na temática da juventude, embora cada vez mais as pesquisas busquem questionar e se contrapor a essa concepção.

Conforme Castro e Guareschi (2008) esse é um dos lados da concepção da adolescência, o que toma como referência o desenvolvimento. O outro lado, apoiado

pelos autores, é o da dimensão psicossocial crítica, que pensa esse período etário não como fase natural de desenvolvimento, mas como um momento sentido pela própria pessoa, que vai experienciá-lo de forma variada segundo as diferenças culturais e de classes sociais. Bock (2004) percebe a adolescência como uma construção social e é nessa perspectiva que a autora defende o trabalho com jovens voltado para produção dos seus próprios sentidos. Para essa autora, esse processo se dá nas relações sociais. Para tanto, é preciso que a psicologia supere essa visão abstrata da adolescência para que seja valorizada enquanto tal e para que as concepções naturalizantes não impeçam a percepção das contradições sociais (Araújo e Oliveira, 2010).

Nessa pesquisa optou-se pelo termo “jovem” ao invés de “adolescente” como se costuma utilizar na maior parte da literatura sobre o tema. Canetti & Maheirie (2010) fizeram essa troca de termos explicando que o termo “adolescência” remete a essas imagens normativas sobre esse público. A preferência por se referir à juventude, portanto, termina por assumir uma posição de rejeição a essas concepções, uma vez que, como defendem Trassi & Malvasi (2010), diferentes condições econômicas, sociais, culturais e jurídicas produzem diversas juventudes.

A juventude tratada aqui se encontra em uma situação específica entre as pessoas nessa faixa etária. São jovens tratados sob a condição de “em conflito com a lei”. Mesmo entre eles, há uma diversidade de posições sociais e sentidos conferidos. Não apenas à juventude, mas ao contexto socioeconômico e jurídico que os cercam.

Essa temática do jovem em conflito com a lei vem atraindo cada vez mais o interesse de pesquisadores (Bretan, 2008), seja para traçar seu perfil, para conhecer sua relação com Serviços e instituições, como também para discutir violências sofridas, praticadas e testemunhadas por eles. Alguns autores consideram que essas pesquisas se

concentram mais na execução de medidas socioeducativas (Chaves e Rabinovich, 2010), o que se faz importante para discutir esse serviço e questioná-los. Acreditam também que ainda se mostra reduzido o número de pesquisas que focam o discurso dos sujeitos, discutindo os sentidos que atribuem às suas experiências, pois se tratando de um universo de relações complexas, no qual esses(as) jovens se encontram, sua narrativa torna-se fundamental para conhecê-los(as) de forma mais profunda. Embora já haja, atualmente, uma concentração significativa de produções nessa temática, esse interesse é recente, como mostra Maria Emília Bretan (2008), que desenvolveu uma pesquisa a respeito das produções acadêmicas da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica – SP sobre essa questão. Nesse trabalho, a autora indica que a produção nessa área se deu a partir das duas últimas décadas, ou seja, pós-ECA e pós-ditadura militar. Pode-se perceber ainda que na última década o interesse por conhecer aspectos em torno dos(as) jovens que praticam atos infracionais tem aumentado entre os pesquisadores. Bretan (2008) sugere que esse interesse se deu a partir das rebeliões nas FEBEMs no fim da década de 90 e início dos anos 2000, junto à maior presença do tema na mídia.

Esses jovens (menores de idade, da periferia e negros) são apresentados por veículos de comunicação de massa como os responsáveis pelo aumento do número de casos de violência. Esse contexto gera uma relação de medo, que legitima a coerção social para além dos limites da lei, especialmente através da polícia. Quando essa pesquisa esteve em fase de campo, houve um aumento de homicídios dessa população.

Diante desse contexto, questionamos se esses jovens apresentam alguma forma de compreensão crítica de sua condição para estabelecer uma relação com a teoria da Luta por reconhecimento de Axel Honneth. Para tanto, se realizou visitas a Serviços de Medidas em Meio aberto em distritos da periferia do município de São Paulo/SP. Os

instrumentos de pesquisa consistiram em entrevistas semiestruturadas e grupos para produção de fanzine, além do diário de campo. Quatorze jovens participaram. Para responder à nossa questão, os objetivos dessa pesquisa consistiram em conhecer os sentidos atribuídos à juventude, violência e justiça por jovens na condição de conflito com a lei.

3. Contexto da Pesquisa

3.1. Histórico dos Serviços de Atendimento à Juventude

A análise do atendimento à infância e juventude no Brasil se torna mais ampla ao se conhecer os dados históricos dos serviços já criados e das práticas que os fundamentaram.

Data-se da segunda metade do século XIX o momento histórico em que o Brasil começou a apontar uma preocupação quanto à infância e adolescência (Alvarez, 2010). Conforme Bombardi (2008) foi em 1861 que o Estado Brasileiro teve sua primeira participação no trabalho voltado a esse público ao criar o Instituto de Menores. Tem início, então, o processo de criação de leis e práticas para jovens considerados potencialmente perigosos e predispostos a delinquência precoce (Alvarez, 2010).

O fim do século XIX, marcado pelo crescimento do processo de industrialização, seguido pela abolição dos escravos no país e pela imigração, viu aumentar a quantidade de crianças e jovens pelas ruas em busca de atividades que lhes rendessem pagamentos. O trabalho dessa jovem mão-de-obra passou a ser utilizado nas indústrias, gerando preocupações quanto às condições desses trabalhos. Não foi essa preocupação, porém, que sustentou a necessidade de olhar para essa parcela da população, mas o receio da elite de que essa presença de crianças nas ruas, decorrente do crescimento urbano, levasse ao aumento da criminalidade e da delinquência precoce, considerada à época, geradoras de “degeneração social” (Alvarez, 2010). Em São Paulo, o combate à “vagabundagem infantil” se tornou parte do discurso de políticos naqueles tempos como se fosse fundamental para a manutenção da ordem social. De acordo com Alvarez (2010), no governo de Campos Sales, Cândido Mota, delegado do município de São Paulo nesse período, expõe dados que mostram o aumento de menores criminosos entre

os anos de 1894 e 1895, o que resultará na criação de instituições especiais para menores moralmente abandonados e criminosos. Em 1902 foi formado, então, o Instituto Disciplinar marcando a campanha de combate à “vadiagem” de menores. Alvarez (2010) atenta para a importância da defesa social em detrimento da educação dessas crianças e jovens e a regulamentação de seus trabalhos.

O início desse século XX é marcado por uma naturalização da relação entre pobreza e criminalidade. Problemas de caráter social, resultado não da pobreza em si, mas da desigualdade em relação a acesso a serviços e infraestrutura, são compreendidos como falhas do indivíduo, por esse ser pobre. Neste contexto de naturalização da pobreza, a culpa pela entrada na criminalidade era atribuída, então, a família *desestruturada* desse(a) jovem (Bombardi, 2008). Para Alvarez (2010), a cristalização desse processo de naturalização se dá com o Código de Menores de 1927. Esse Código de Menores ou Código de Melo Matos regulamenta as decisões sobre a vida das crianças e jovens, porém não de todos, sendo direcionado especialmente aos de famílias pobres. De acordo com essa regulamentação, o tratamento de menores e adultos deve ser diferenciado (Espíndula & Santos, 2006; Bombardi, 2008), assim como quanto aos menores de 14 anos - ou maiores de 14 e de 18 incompletos. O indivíduo menor de 14 anos, não deveria sofrer processo penal, enquanto os que tivessem entre 14 e 18 anos, teriam um processo penal especial, sendo recolhidos a escolas de reformas ou mesmo para prisões comuns, porém, separados dos adultos (Alvarez, 2010). Algumas garantias foram firmadas, como a proibição de divulgação de suas identidades (seus nomes), atos e audiências e a regulamentação do trabalho infanto-juvenil. Não garantiu, entretanto, direitos civis e sociais, além de pôr a família em risco de perder a guarda apenas por ser pobre (Bombardi, 2008).

Em 1941 se estabeleceu o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), a fim de organizar as instituições existentes, que cada vez mais se firmavam enquanto instrumento de marginalização da população pobre. O SAM durou até o golpe militar de 1964, quando surgiram as FEBEMs (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) estaduais, as quais estavam ligadas à FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor). As FEBEMs e a FUNABEM levaram os serviços de atendimento ao “menor” para o âmbito da Doutrina de Segurança Nacional (Espíndula & Santos, 2006).

Um segundo Código de Menores foi, então, formulado em 1979, estendendo a autoridade do juiz para os(as) jovens entre 18 e 21 anos, o que atenuava a pena desses frente ao Código Penal (Espíndula & Santos, 2006). O Código de 1979 instituiu a doutrina da “situação irregular”, na qual se encontrava os(as) infratores(as) e os(as) abandonados(as) moral e materialmente. Nesse período, qualquer organização familiar diferente das expectativas da elite econômica seria considerada desestruturada e a falta de recursos poderia levar a transtornos de conduta dos seus filhos (Bombardi, 2008).

Em 1989 é aprovada a Convenção Internacional sobre os direitos das Crianças, levando a uma mudança de paradigma ao estabelecer a noção de sujeito de direitos para criança e jovens, cujo estágio de vida estaria em uma condição peculiar de desenvolvimento, devendo ter prioridade na implementação de políticas públicas (Westphal & Lico, 2010). No Brasil, a reabertura política após o regime militar possibilitou o desenvolvimento de críticas em relação às leis e práticas destinadas às crianças e jovens até aquela época. Sendo assim, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que havia tido início em 1985, junto às iniciativas de militantes políticos, profissionais e ONGs culminaram no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, concretizando no país os direitos universais da criança e do adolescente (Bombardi, 2008; Westphal & Lico, 2010). Bombardi (2008) aponta que as novas leis

abrangem todas as crianças e jovens, não se voltando especialmente aos pobres, o que lhes propicia um caráter de desenvolvimento social e não mais de instrumento de controle. Torna-se relevante lembrar que se deixa de utilizar o termo “crime” em relação às práticas dos jovens passando para “ato infracional”.

Pela metade da década de 2000, a FUNABEM junto com as FEBEMs deixam de existir, dando lugar à centros de execução de medidas socioeducativas, os quais possuem uma variação nos termos e planejamentos de acordo com cada estado. No município de São Paulo, funciona, atualmente, a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), com a missão de pôr os conceitos e normas previstas no ECA em prática efetivamente (www.fundacaocasa.sp.gov.br. Acesso em fevereiro/2012). A execução das medidas socioeducativas é regulamentada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) também por volta da metade da década de 2000. Em 18 de Janeiro de 2012, o SINASE foi reconhecido enquanto Lei Federal 12.594. (www.fundacaocasa.sp.gov.br. Acesso em fevereiro/2012).

Como afirmam Westphal e Lico (2010), apesar de essas mudanças serem importantes, as concepções firmadas ao longo desse processo histórico podem hoje ameaçar essas conquistas legais, através de um retrocesso nas leis. Os jovens continuam sendo vistos por setores da sociedade como ameaça à segurança, como causadores de problemas. Além disso, parte da sociedade considera que o fato de o ECA estabelecer limites às autoridades familiar, judicial, institucional e policial, deixa o(a) jovem impune quanto aos seus atos (Espíndula & Santos, 2006). Esse discurso, que trata as leis que procuram assegurar direitos às crianças e jovens como “privilégios de bandidos”, como bem lembra Alvarez (2010), intensifica esse ciclo de violência institucional e,

consequentemente, a violência cotidiana que atinge a todos, abrindo espaços para propostas de diminuição da maioria penal. Os meios de comunicação contribuem largamente para gerar essas ideias, enquanto estudos sobre essa temática vêm sendo desenvolvido cada vez mais, contribuindo para um debate crítico. Para tanto, esses novos estudos precisam reconhecer as diversas juventudes e seus direitos, buscando favorecer a autonomia desses (as) jovens enquanto atores/atrizes ativos (as) na sociedade e não apenas como sujeitos que necessitam de proteção (Westphal & Lico, 2010).

3.2. As Medidas Socioeducativas

Ao praticar um ato infracional, o(a) jovem é direcionado(a), após audiência na Justiça, para um dos Serviços que executam a medida socioeducativa decidida pelo(a) juiz(a), dentre as previstas no ECA. O ato infracional, conforme o Estatuto, é a “conduta descrita como crime ou contravenção penal” (ECA, [1990], 2009). As medidas previstas, da mais amena para a mais rígida, são: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional (ECA, [1990], 2009).

No município de São Paulo, as medidas socioeducativas de privação de liberdade (semiliberdade e internação) são executadas pelo Estado através da Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), sucessora da FEBEM. No caso das medidas sem privação de liberdade, ou seja, em meio aberto, essas vem sendo executadas por meio de entidades do terceiro setor, com monitoramento de programas governamentais. Essas últimas consistem em atendimentos individuais aos jovens, como também com sua família, além de atividades em grupos socioeducativos e passeios como atividades de recreação e lazer, previstos no ECA como direitos das

crianças e adolescentes. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) regulamenta a execução das medidas (www.fundacaocasa.sp.gov.br. Acesso em fevereiro/2012).

Os conceitos que costumam reger a execução das medidas socioeducativas se apoiam nas ideias de ressocialização e reinserção na sociedade (Malvasi, 2011), por meio do trabalho com os jovens, nos quais seriam desenvolvidos e estimulados os vínculos familiares, a habilidade para um trabalho, o aproveitamento escolar. Ou seja, ações que, na visão dos profissionais que estabelecem e/ou cumprem essas propostas, contribuem para gerar atitudes diferentes das quais eles(as) costumavam vivenciar, levando-os à infração.

Castro & Guareschi (2008), entretanto, percebem um paradoxo na forma de pensar e executar essas ordens judiciais, principalmente no que toca às questões familiares. Segundo os autores, ao mesmo tempo em que há essa intenção de incentivar e aproximar os vínculos familiares, há também uma culpabilização da família pelo ato infracional do(a) jovem, por questões que remetem ao histórico do atendimento à infância e juventude, ao tratá-la como uma organização desestruturada. Esses autores ainda comentam sobre os discursos formais dos juízes nas audiências com os(as) jovens, pois em uma pesquisa realizada por esses pesquisadores, os(as) jovens entrevistados(as) revelaram não compreender o que lhes é informado, além de reclamarem que não são escutados(as).

Vanessa Bombardi (2008) considera que o ECA não vem sendo aplicado totalmente em relação às medidas e nem mesmo em relação às condições fundamentais de existência. A autora afirma ainda que as decisões dos juízes sobre a vida dos(as) jovens não se veem neutras, uma vez que também fazem parte da história da sociedade,

e motivações subjetivas terminam por influenciar nas decisões sobre as medidas. Não há ainda uma padronização nas decisões judiciais quanto à imposição de medidas socioeducativas, mas há um sistema que busca regulamentar a execução dessas pelos serviços onde são aplicadas.

Muller et al (2009) afirmam que não há um projeto mais direcionado a esse público, o que reflete a dificuldade das medidas judiciais fundamentadas no ECA em evitar que haja novas infrações após o cumprimento destas. Na visão dos(as) jovens entrevistados(as) pela pesquisa desses autores, o trabalho das medidas socioeducativas é associado à punição, sendo recebido muitas vezes de forma negativa por sentirem que tem a intenção apenas de passatempo, o que para Muller et al (2009) leva o aspecto educativo a perder sua função. Cruz (2010) defende a necessidade de entender a linguagem desses(as) jovens, sua visão de mundo para, a partir daí, desenvolver planejamento de ações que os(as) ajude a conceber um cotidiano de modo mais autônomo.

3.3 Alguns dados sobre jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas.

Segundo o SINASE, em 2006, São Paulo contava com o maior número de jovens em regime de internação, correspondendo a 50% dos internos existentes no país. O segundo lugar ficou para o estado do Rio Grande do Sul, apresentando 8% dos internos (www.sedh.gov.br/clientes/sedh/spdca/sinase. Acesso em fevereiro/2012).

Uma pesquisa desenvolvida em 2006 pelo Instituto UNIEMP em parceria com a FEBEM de São Paulo expôs alguns dados sobre os (as) jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade). Nos dados obtidos pela pesquisa, 87% dos(as) jovens que estavam em cumprimento dessa medida eram do sexo masculino e 13%, feminino. Os (as) jovens

apresentavam idade entre 12 e 18 anos, sendo a maioria por volta dos 16 anos. Quanto à escolaridade, a maioria se encontrava entre o 7º e o 9º ano do Ensino Fundamental II.

Em relação à moradia, a pesquisa mostrou que a maior parte dos sujeitos residia com a mãe (47%) e apenas 5% com o pai. 30% dos(as) jovens morava com o pai e a mãe juntos e 17% sem os dois. A composição média das famílias dos(as) jovens entrevistados era de 5 pessoas. A maioria dos genitores tinha concluído até o Ensino Fundamental II, diminuindo os números ao se avançar no nível de formação escolar. Dos(as) jovens, por sua vez, 36% foram descritos como tendo bom rendimento na escola e 33% se encontravam sem estudar. O principal motivo descrito por estarem fora da escola foi a falta de vaga. Dentre as ocupações dos(as) entrevistados(as), “ajudante de serviços” foi a mais citada (37%). Outros trabalhos citados foram: entregador, jardineiro, ambulantes, *office boy* e trabalhos com reciclagem e panfletagem. A remuneração por esses trabalhos, segundo a pesquisa, estava em sua maioria entre 200 e 300 reais (28%) e 300 e 500 reais (25%) e entre 100 e 200 reais (19%). Apenas 15% foram descritos como recebendo mais de 500 reais. É relevante indicar que nessas atividades desenvolvidas menos de 20% pagava transporte e alimentação (www.sedh.gov.br/clientes/sedh/spdca/sinase. Acesso em fevereiro/2012). Um fator interessante dessa pesquisa é o item de sentimentos, em relação a como o sujeito se sentia, porém não é indicado o instrumento usado para obtê-los. Os dados indicados sugerem que apenas 5% dos(as) jovens tinha a “sensação de reconhecimento”, sendo o mesmo dado para o “otimismo” deles(as). A quantidade de jovens que puderam dizer que se sentem amados(as) e acolhidos(as) ficou em apenas 3%. (www.sedh.gov.br/clientes/sedh/spdca/sinase. Acesso em fevereiro/2012)

O perfil racial foi traçado por uma pesquisa feita pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV) em parceria com pesquisadores da Fundação CASA. Os dados

se referem ao período de 1990 a 2006 e inclui jovens que passaram pela Fundação CASA. Visto que a maioria que sai da medida de internação ou semiliberdade, passa em seguida pela medida socioeducativa em meio aberto, esses dados podem contribuir também para traçar, a grosso modo, o perfil racial dos jovens em LA. Os dados apontam que 41,8% eram brancos; 29,5% dos jovens eram de cor parda e 10,3% eram pretos (Alvarez, Salla & Schritzmeyer, 2010). Para compreensão desses dados, os pesquisadores compararam com a presença de cada grupo na população brasileira. Aponta então que, segundo os dados do IBGE, em 2006, a distribuição da população segundo a cor era: 49,7% branca; 42,6% era parda; 6,9% era preta e 0,8% amarela ou indígena. Enquanto a representação percentual de brancos em medidas socioeducativas é menor do que sua presença na população, a de pretos é maior (10,3% em medidas e 6,9% na população brasileira). É importante acrescentar que 17,1% dos prontuários não constavam informações sobre a cor dos jovens (Alvarez, Salla & Schritzmeyer, 2010), o que sugere uma possível dificuldade por parte dos profissionais na identificação a partir das categorias do IBGE.

Ainda conforme as informações trazidas por essa pesquisa, 82,5% dos jovens apresentavam endereço fixo, contrastando com 4,2% de moradores de rua ou sem domicílio. Além disso, 81,3% dos prontuários apresentavam nome do pai e da mãe como referenciais de convivência familiar. Para esses pesquisadores, esses dados se opõem a alegações de que a maioria desses jovens não tem onde morar, nem tem família. A pesquisa atenta para o fato de 15,4% dos jovens terem pai falecido (Alvarez, Salla & Schritzmeyer, 2010), o que pode ser relacionado aos índices de mortalidade no Brasil, que se faz maior entre pessoas do sexo masculino, como indica o Mapa da Violência de 2011 (Waiselfisz, 2011).

Os números correspondentes às passagens dos jovens pelas medidas socioeducativas também contrapõem ao que a população costuma pensar. Expressiva maioria, 73,7%, teve apenas uma passagem. Em relação aos atos infracionais, novamente contrariando a opinião pública, a maior parte desses se classificam como “crimes contra o patrimônio”, enquanto que os crimes contra a pessoa totalizaram 7.8%, como mostra o gráfico abaixo.

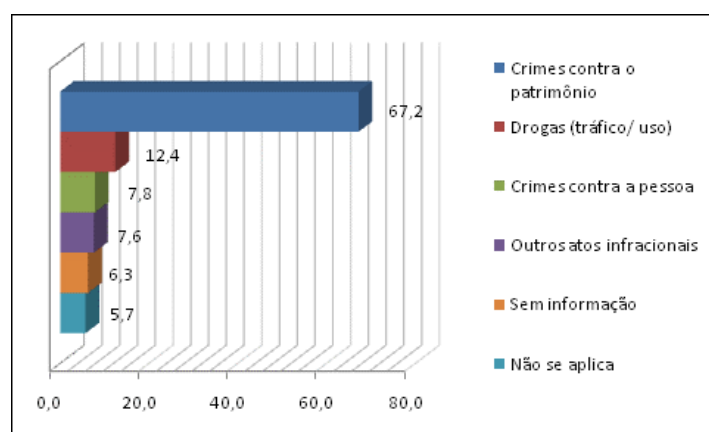


Gráfico 1: Percentual de infrações por tipo penal agregado. Fonte: Alvarez, Salla & Schritzmeyer, 2010.

3.4. O campo de pesquisa e espaço de moradia dos jovens

A pesquisa foi desenvolvida em distritos periféricos do município de São Paulo – SP. Embora tenhamos optado pela não identificação desses distritos, é possível traçar um perfil sobre as condições socioeconômicas do espaço a fim de sustentar a discussão sobre o contexto de vida dos jovens participantes dessa pesquisa. Os dados a serem apresentados foram obtidos pela publicação “Município em Mapas – Série temática: Índices sociais” (www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/. Acesso em fevereiro/2013). Os mapas que constam nesse material se referem aos anos entre 2000 a 2006.

De modo geral, trata-se de uma região de índices elevado de vulnerabilidade social e econômica e de violência. Os direitos dos moradores, em especial da população jovem, são constantemente violados ou mesmo não garantidos de forma adequada. Nos mapas de 2005 que retratam a garantia de direitos no município, se observa que quanto mais distante da região central, menor o índice de garantia de direitos. As variáveis utilizadas foram os índices socioeconômicos, de violência, de proteção à criança e adolescente, garantia de direitos à mulher e à população negra. O mesmo ocorre na representação dos índices de vulnerabilidade nos mapas de 2004. Conforme esses mapas, quanto mais distante dos bairros centrais, maior a “privação socioeconômica”. As variáveis usadas foram, principalmente, escolaridade e renda.

A “privação socioeconômica” da região referente aos distritos onde se localiza essa pesquisa, nesse mesmo ano, não se mostra homogênea. Sua variação de índice se concentra entre 0,66 e 1,06, havendo pontos de 1,46. A escala varia de 3,7 (maior privação: nenhum distrito chega a essa marca. A maior marca fica aproximadamente em 2,26) a -4,14 (menor privação).

Ainda conforme os dados apresentados por essa publicação, o índice de acesso a serviços básicos em 2002, na região dessa pesquisa foi de -0,30 e o de oferta de emprego foi entre -0,30 e -0,70. Ambas as escalas têm como maior índice 1,00.

Em 2004, a proporção de responsáveis pelo domicílio com rendimentos de até três salários mínimos era de cerca de 80% nas áreas que estamos especificando, sendo de até 25% nas regiões centrais. O número de cômodos usados como dormitório sugere o número de pessoas habitando o mesmo domicílio. Nessa região, o número médio consiste em 4 a 5 cômodos usados como dormitório e pelas regiões centrais, é de 2 a 4. Interpretamos que os cômodos da primeira região não consistem em quartos,

necessariamente, mas em outros cômodos da residência utilizados também para esse fim, dado que é comum mais de uma família habitar o mesmo domicílio.

Quanto à proporção de adolescentes de 15 a 19 anos, em 2006 (www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/. Acesso em fevereiro/2013), na totalidade do município, a taxa não passava de cerca de 18%. Na área que estamos destacando, a proporção era de aproximadamente 14,47%.

4. Referencial teórico

4.1. Jovens e atos infracionais

4.1.1. Juventude

Para tratar dos jovens sujeitos dessa pesquisa, ou seja, jovens moradores da periferia de São Paulo, que se encontram cumprindo medidas socioeducativas, se fez necessário refletir sobre os conceitos de juventude que acompanham as discussões contemporâneas sobre essa temática.

Antes de considerarmos a sua condição de jovens em conflito com a lei analisaremos aspectos da juventude. Ela é definida como uma faixa etária específica, que é cercada por conceitos que terminam por generalizar e naturalizar características para todos os que têm a mesma idade biológica. Essa concepção geral e naturalizada é insustentável, visto que o estudo deles como grupo social encontrará uma heterogeneidade de comportamentos e significados (Sposito, 2009). Pierre Bourdieu (1983, Apud Hirao, 2008) defende que a definição do grupo chamado juventude dependerá do olhar do pesquisador. A dificuldade em conceber a juventude fora desses padrões reside em não considerar a diversidade desse grupo social. Além de não compreender os jovens como atores no presente, compondo a história enquanto agentes. Outras concepções têm como fundamento a perspectiva não normativa, por isso rejeitam a teoria que concebe a juventude como uma etapa de transição. A consideram como um momento um “estado”, que varia conforme o contexto em que é vivida (Reguillo, 2007). Trata-se, portanto, de uma valorização da juventude, que passa a ser associada mais a valores e estilos de vida do que a um grupo etário específico (Peralva, 2007). O jovem se torna compreendido não como alguém que apenas saiu de uma etapa e se

prepara para outra e que, por isso, precisa de proteção e tutela (Hirao, 2008), mas como agente de seu período histórico.

Aceitar essa diversidade de comportamentos dentro do que se entende como um grupo social traz novas questões, que não devem ser ignoradas, sob o risco novamente da naturalização (Hilsdorfl & Peres, 2009). O jovem, embora agente do seu cotidiano, compreendido na sua subjetividade, não está isolado no tempo e espaço. As diferenças sociais de classe, gênero e etnia, marcam as variações dentro dessa condição.

Nessa pesquisa, trabalhamos, portanto, com o jovem na condição de conflito com a lei, cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto, por entendermos que eles são capazes de refletir e discutir o contexto social em que vive e que influencia a sua condição. Eles se encontram em uma situação específica por estarem submetidos à medidas judiciais. Por isso, discutiremos adiante essas questões para, então, expor suas representações a cerca dessas. Cabe ressaltar que não se trata de torná-lo vítima e agente passivo das circunstâncias de seu cotidiano, visto que, como já foi colocado, entendemos esses jovens que estão em conflito com a lei como tendo a possibilidade de ser sujeito ativo nesse cenário. Para Peralva (2007), essa reflexão sobre a juventude implica em uma tensão entre pensar os jovens como sujeitos da história e considerar, ao mesmo tempo, as estruturas sociais, nas quais estão inseridos. Entretanto, considera-se que esses dois lados não necessariamente se contradizem.

4.1.2. Conceitos sobre os atos infracionais

O ato infracional, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), consiste em uma conduta descrita como crime ou contravenção penal (ECA, [1990] 2009). Uma vez que o ECA parte da noção de condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, o(a) adolescente ao qual se refere, mediante o ato infracional, deve

ser inserido(a) em medida socioeducativa, na qual devem ser priorizados os vínculos e a responsabilidade estatutária.

As motivações para que um jovem cometa um ato infracional são discutidas vastamente na literatura sobre o tema. Há divergências sobre quais são essas motivações. Para diversos autores as motivações teriam origem em condições sociais. A avaliação de grande parte dos estudos é a de denunciar as condições sociais dos jovens (Sposito, Tommasi & Moreno, 2009), considerando-as como resultado das estruturas sociais. Muller et al (2009), por exemplo, defende que o ato infracional seja considerado como decorrente de falhas em segmentos como a escola, a família, o Estado e a sociedade e não como problema individual. Esses autores, que desenvolveram o trabalho a partir de opiniões dos(as) próprios(as) jovens, apontam que a maioria desses se referiu ao ato infracional como uma atitude errada, mas que alguns(as) disseram que era mais conveniente, prático e lucrativo cometerem delitos do que se submeter aos baixos salários e altas exigências do mercado de trabalho. Castro & Guareschi (2008) também pensam nessa mesma linha, concebendo o ato infracional como um fato social, resultado de diversas e sucessivas privações, incluindo a de consumo, uma vez que a ação consumista é incentivada intensamente através de vários veículos sociais de forma igual para toda a população, enquanto nem toda ela pode exercer essa ação.

O ato infracional pode consistir em uma forma de conquista de visibilidade, uma vez que seus direitos parecem ser reconhecidos apenas nessa condição (Sales, 2007; Canetti & Maheirie, 2010; Muller et al, 2009). Cruz (2010) também entende ato infracional como um “passaporte para a visibilidade”. Sales (2007) associa o ato de comprar uma mercadoria a expectativa de adquirir status e estima.

Essas linhas de discussão também destacam as condições de vulnerabilidade, às quais esses jovens estariam submetidos, além do consumo de drogas e envolvimento com o tráfico (Sposito, Tommasi & Moreno, 2009). Outra possibilidade seria da naturalização de situações de violência, como o desrespeito, a humilhação, a disciplina como punição, as quais fariam parte do cotidiano desses jovens (Ferreira, 2005).

Há ainda uma vertente teórica que interpreta o ato infracional como consequência de patologias mentais e sociais ou de crises do desenvolvimento (Laranjeiras, 2007). Ainda que considerem fatores externos ao indivíduo, de ordem econômica e social, não os discutem criticamente, tornando-os a causa para comportamentos antissociais como desvios de conduta e inadaptação à sociedade (Laranjeira, 2007). Cabe ressaltar que essa pesquisa não segue essa orientação teórica.

Mesmo as considerações que tendem a uma crítica da sociedade, podem levar a uma interpretação de que os jovens pobres são os únicos que cometem atos infracionais, visto que buscam estudar principalmente as áreas em que se concentram as classes mais pobres. Entretanto, jovens de maior poder aquisitivo também praticam esses atos (Paula, 2008). O fato de eles raramente aparecerem nas mídias se deve a seus familiares agirem imediatamente para que os casos não se tornem públicos e para que o jovem não seja inserido em medida socioeducativa (Spagnol, 2005; Sposito, Tommasi & Moreno, 2009). Ao contrário das famílias dos jovens pobres, os de classes média e alta têm mais recursos financeiros e poder, o que permite outras soluções para os seus atos. Além disso, os jovens de posições sociais mais ricas não costumam ser percebidos como possíveis “delinquentes”. Spagnol (2005) afirma que mesmo os casos que chegam à mídia não são exibidos como pessoas perigosas, mas que apresentam algum problema individual. Os jovens de classes mais baixas, por outro lado, são expostos como “mais um” cometendo “crimes”.

Dessa forma, estimula-se uma associação entre pobreza e crime (Adorno, 2012) cujas consequências podem justificar o motivo pelo qual as pesquisas se concentram entre os jovens mais pobres. No caso dessa pesquisa, não se trata de considerar que há realmente uma associação direta entre pobreza e os atos infracionais. O ponto de discussão está no fato de os jovens pobres serem a maioria apreendida (Paula, 2008) e compor a maior parte dos que cumprem medidas socioeducativas, mesmo em meio aberto, que são medidas menos rígidas. Esse cenário se torna um fator importante para discutir criticamente as estruturas sociais e a relação dessas com a condição dos sujeitos de pesquisa.

4.2. Ser jovem na periferia.

4.2.1. O papel da mídia na formação das imagens sociais sobre os jovens.

Pesquisas e trabalhos científicos não são os principais responsáveis por formar representações da juventude e dos jovens que cometem atos infracionais. A mídia, os meios de comunicação veiculam representações da juventude muito marcantes. Essas assumem uma hegemonia nas representações da sociedade sobre o assunto. Na maioria das vezes, são associações acríticas e descontextualizadas.

Como já foi discutido, a juventude ganhou uma valorização em si, não sendo mais apontada apenas como um período de transição. O Estado, a escola e outros setores ainda atuam sob essa última condição. O mercado consumidor, porém, pegou o caminho dessa valorização (Reguillo, 2007), ao mesmo tempo contribuindo nesse processo. Por conseguinte, a juventude se tornou alvo desse mercado por serem considerados bons consumidores. (Trassi & Malvasi, 2010). Dessa forma, a mídia quando se dirige especialmente ao público juvenil, aborda temas sobre cultura e comportamento,

inclusive criando ideais considerados positivos do “ser jovem”. Quando se dirige aos adultos, o jovem se torna, muitas vezes, um problema social (Abramo, 1997), sendo associado a temas como drogas, riscos de comportamentos, além da atenção depositada na violência e criminalidade, com destaque para os jovens que cometem atos infracionais. Sendo assim, a população juvenil aparece na mídia como interesse do mercado consumidor, que não considera as desigualdades no poder de consumo desse público ou um problema social.

Uma parcela específica desses jovens recebe uma maior atenção quando o assunto é violência. Já afirmamos anteriormente que atos de violência causados por jovens de classes média e alta não costumam chegar aos meios de comunicação. Esses dão maior visibilidade aos atos cometidos por crianças e adolescentes, pretos ou pardos, procedentes das camadas desfavorecidas da sociedade (Adorno, 2012; Trassi & Malvasi, 2010). O destaque para as ações desse grupo social e a dramatização que marca essas notícias contribuem para a impressão da população em geral de que crianças e jovens, especialmente os pobres, são responsáveis pelo aumento da violência. Como também se destacam as notícias dos atos mais violentos, como homicídios (Adorno, 2012), a população entende que esses ocorrem com uma frequência maior do que realmente ocorrem.

Sales (2007) apresenta informações de uma pesquisa feita pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) sobre a forma como a imprensa trata o tema da violência envolvendo adolescentes. Segundo essas informações, há uma lacuna entre o discurso da imprensa e dos grupos/instituições que contextualizam e apresentam dados sobre os delitos de jovens, como movimentos sociais, setores do poder público e universidades. Dessa forma, a mídia relata a violência, mas não a discute de forma contextualizada, se restringindo à descrição dos delitos. Conforme essa pesquisa da

ANDI, 80% das notícias sobre violência envolvendo jovens falam dos atos. O restante se refere a causas e soluções, às políticas públicas e outros temas derivados (ANDI apud Sales, 2007). Para essa autora, essa super-representação dos jovens como agressores, descontextualizando suas ações, torna a mídia uma das principais vias para a visibilidade perversa.

4.2.2. Jovens, Violência e Pobreza

As discussões acima afirmam que há uma associação entre pobreza e violência, com destaque para a figura do jovem, que muitas vezes se torna protagonista nessa relação. A mídia ocupa um lugar especial na veiculação dessa associação para a população em geral, omitindo questões sociais e políticas em torno dos fatos noticiados. Essa discussão se faz bastante presente na produção acadêmica, geralmente colocando a questão urbana e a pobreza, incluindo nesse conjunto as condições de exclusão e vulnerabilidade, como causas da violência (Sposito, Tommasi & Moreno, 2009).

Não pretendemos tratar dessas questões em uma relação causal quanto aos atos infracionais, mas discutir as possíveis relações entre elas e os jovens que vivem nas periferias, os quais parecem consistir no grupo social a quem se destinam as medidas. Entendemos que não é exclusivamente a pobreza que leva esses garotos a serem inseridos em medidas socioeducativas como resultado dos seus atos infracionais. Mas que o fato de residir em bairros em que as desigualdades sociais definem o cotidiano, implica em uma situação de vulnerabilidade social (Kowarick, 2009), o que facilita a criminalização desse grupo social.

No Mapa da Violência de 2011 consta que, em 2008, dos 46.154 óbitos juvenis, 33.770 foram por “causas externas”, o que inclui homicídios. Na população de mais de

25 anos 1,8% dos óbitos foram por homicídio. Já entre os jovens de 15 a 24 anos, foi de 39,9%. Embora os números ainda mostrem um alto índice de homicídio de jovens, essa taxa reduziu em 82% desde 1998. De qualquer forma, mostra que os jovens constituem o grupo social mais exposto a violência. No caso dos sujeitos dessa pesquisa, essa exposição se dá em relação ao controle policial e do tráfico, que assumem o controle frente à omissão do Estado (Spagnol, 2005).

A omissão do Estado também marca as condições de infraestrutura das regiões em que vivem os garotos em questão. Apresentamos anteriormente alguns dados sobre distritos periféricos do município de São Paulo. Essas regiões são marcadas por construções urbanas precárias, escassez de serviços, não somente de saúde ou educação, mas também de lazer e transporte. Há uma menor oferta de emprego nessas áreas, levando muitas pessoas a se dirigirem para longe de suas residências, utilizando um sistema de transporte insuficiente, principalmente nessas áreas (Cardia, 2005; Adorno, 2012). Cardia (2005) aponta ainda que, além do setor público não fazer os investimentos necessários, esses distritos não são alvo dos setores privados, uma vez que não percebe na população local capacidade de pagar pelos serviços, levando uma diferença ainda maior entre os bairros do município. Embora haja planejamento e execução de políticas públicas e projetos sociais para essas regiões, esses não visam à superação dessas condições, não havendo um enfrentamento significativo das desigualdades social (Sales, 2007). Servem, dessa forma, apenas para aliviar as condições.

Para os garotos e garotas residentes na periferia da cidade há uma dificuldade maior em garantir a cidadania, visto que se exige deles uma participação na sociedade, através da escolarização e entrada no mercado de trabalho, mas não há possibilidades reais de inserção econômica para todos (Reguillo, 2007; Ferreira, 2005).

Mesmo estando sob a proteção do Estado, os direitos de jovens, principalmente os das classes menos favorecidas, são constantemente violados e, como afirma Ferreira (2005), a negação desses direitos os faz vítimas de violência. Sales (2007) e Paula (2008) defendem que essa cidadania escassa, representada pela ausência da garantia plena de seus direitos, também se faz presente na justiça, mais precisamente na forma de atendimento a esses jovens.

Pesquisas dos últimos anos têm apontado a antiga FEBEM e atual Fundação CASA como espaços onde também há violação de direitos, além do próprio sistema de justiça (Miraglia, 2005; Ferreira, 2005; Sposito, Tommasi e Moreno, 2009). Importante notar que entre os jovens que chegam à Justiça como autores de atos infracionais, os que mais têm seus direitos violados na sociedade, são os que têm maior possibilidade de receberem medidas mais severas, por estarem sob os critérios dos(as) juízes(as) (Ferreira, 2005).

Esses critérios, conforme Paula (2008), costumam ser, principalmente, de etnia, escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Os garotos de quem estamos tratando, geralmente estão fora da escola ou bastante atrasados no processo de escolarização, além de muitas vezes não estarem inseridos no mercado de trabalho. Seus trabalhos são majoritariamente informais e temporários. Dessa forma, os que estão fora dos “eixos valorizados” pelos juízes, apresentam um potencial maior, na visão desses, de ser encaminhados para a “delinquência”. Por consequência, podemos dizer que há um entendimento no sistema judicial de que existe uma relação entre a condição de pobreza e o ato infracional, sendo que a primeira impõe situações para que a infração seja cometida.

Miraglia (2005) expõe situações que ocorrem nas VEIJ (Vara Especial da infância e juventude), que indicam pouca preocupação com garantias previstas no ECA. Uma delas consiste no “adolescente” ser representado pela defesa e poder produzir as provas necessárias à sua defesa. Embora haja um representante da defesa no momento de uma audiência, muitas vezes não há a possibilidade desse cumprir com seu papel, o qual é limitado pelo próprio(a) juiz(a) (Miraglia, 2005). Esse assunto será discutido novamente nas análises.

O que se percebe, portanto, é uma decisão judicial baseada em estereótipos de quem tem maior potencial de se tornar um “criminoso”, o que termina por destacar a figura dos jovens pertencentes aos grupos desprovidos de direitos, sobretudo, econômicos e sociais (Adorno, 2012). Essa postura leva a dois modos de lidar com essa população juvenil. Uma seria marcada pela vitimização do jovem, que sofre as consequências de um sistema injusto, o que termina transformando-o em não sujeito, sendo somente objeto de intervenção e proteção. Retira-se dele sua possibilidade de ser agente de seu cotidiano. Por outro lado, leva a discriminação de condições e características desse grupo, tornando-as referências para definir o “jovem delinquente”.

Esses estereótipos são levados também para a atuação policial, que se diferencia entre os bairros e grupos sociais. A mídia, por sua vez, transforma esses atos públicos em mercadoria. Como destacamos anteriormente, a mídia transforma em espetáculo as situações de violência, criando representações no imaginário social (Adorno & Lamin, 2008; Sales, 2007; Trassi & Malvasi, 2010). Esse cenário criado leva a uma reação de temor por parte da sociedade. Temor associado à sensação de insegurança por um suposto crescimento da criminalidade, especialmente entre jovens e mais precisamente, jovens pobres (Peralva, 2007; Leite, 2011; Sales, 2007).

Essas “falas do crime” (Caldeira, 2000 apud Adorno & Lamin, 2008) justificam o modo como a cidade se apresenta. Essas falas criminalizam e descriminalizam determinados grupos, gerando o desejo de se isolar dos espaços onde há “desordem social”. Há cada vez menos espaços democráticos. Além da busca por parte de alguns grupos sociais pela segregação em relação a outros grupos, esse medo e insegurança também justifica a atuação policial, marcada pelo controle social, e até mesmo apoio a ações de extermínio em relação à população potencialmente perigosa. Vale destacar que esse quadro de violência tem participação do poder público municipal, que oferece infraestrutura de atuação policial voltada a esse controle social (Paula, 2008).

O modo como o cenário é descrito na mídia resulta na associação do ECA à impunidade e dessa forma contribui na sua deslegitimação na sociedade (Alvarez, Salla & Schiritzmeyer, 2010). Ganham espaço as opiniões favoráveis à redução da maioria penal e a uma maior rigidez por parte das decisões judiciais. A suposta necessidade de medidas mais rígidas para os jovens também é sentida entre os juízes(as), que ainda aplicam majoritariamente as medidas de internação no lugar das de meio aberto. Conforme dados apontados por Alvarez, Salla & Schiritzmeyer (2010), o percentual de aplicação da medida de internação é 37,4%. Quanto as demais, o percentual fica: 21,6% para Liberdade Assistida; 8,7% para a Semiliberdade e 6,4% para a Prestação de serviços à comunidade.

4.3. Reconhecimento e Redistribuição

Após termos discutido temas que tratam diretamente da condição dos jovens que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas, passaremos a tratar da discussão sobre o Reconhecimento a partir da teoria defendida por Axel Honneth (2003). Procura-se indicar temas transversais para a análise de categorias do discurso dos jovens que são objeto desta pesquisa. Considera-se que o entendimento dos jovens sobre si, a violência e a justiça podem ser perpassados por relações de não-reconhecimento e não-redistribuição de bens materiais.

Em seguida, faremos uma relação de como o reconhecimento e a redistribuição podem ser compreendidos. Na sequência é discutido como a visão economicista de sociedade é insuficiente para garantir a redistribuição dos bens e o reconhecimento (Souza, 2011). Desta forma procuramos indicar que a fala de jovens brasileiros em conflito com a lei pode ser situada no campo social a partir das noções de redistribuição e reconhecimento.

4.3.1. Os padrões de Reconhecimento

A teoria da Luta por Reconhecimento de Honneth (2003) é estruturada pela discussão de três formas de reconhecimento (amor, direito e estima). O autor elabora esses padrões a partir de duas fontes principais: a “presentificação histórica” (Honneth, 2003, p.29) da ideia de reconhecimento de Hegel e da “inflexão empírica” proporcionada pela psicologia social de G.H. Mead. (Honneth, 2003, p.24). Essa teoria tem como fundamento básico o pressuposto do reconhecimento recíproco. Para cada um desses padrões de relação recíproca há uma ameaça sistematicamente produzida na sociedade (violação, privação de direitos e degradação).

A primeira forma de reconhecimento que Honneth discute é o “amor”, sendo a primeira etapa de reconhecimento recíproco. É feita uma ressalva de que o entendimento desse termo não se restringe às relações amorosas sexuais. Trata-se, portanto, de relações primárias caracterizadas por ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, representadas pela relação mãe-filho, pelas amizades e pelas relações entre casais. Nessa etapa se entende que o reconhecimento ocorre quando há uma afirmação da autonomia do outro, ao mesmo tempo em que se há uma confiança na continuidade da relação afetiva. Dessa forma, seria possível haver uma autoconfiança. Condições de maus tratos ou violação em relação a essa confiança, por exemplo, provocam ameaça a relação de reciprocidade.

Assim como a autoconfiança está para as relações amorosas (Honneth, 2003), o autorrespeito está para as relações de direitos, as quais consistem na segunda forma de reconhecimento. A percepção do reconhecimento dos seus direitos leva o sujeito a uma autorrelação positiva com o seu self e com as outras pessoas. Uma vez que o sujeito se vê com propriedades que capacitam sua participação e autonomia na sociedade, também vê a possibilidade de se referir a si de forma positiva. O indivíduo passa por um processo denominado por G. H. Mead de “generalização do outro” no qual ocorre a compreensão cognitiva das normas sociais. Ou seja, o indivíduo aprende os códigos morais e comportamentais que são repetidos nas interações do seu grupo social. Desta forma, ele passa a conhecer os seus direitos e deveres no seu grupo e na sociedade. Contudo, se há uma violação de direitos ou um estabelecimento de direitos fundamentados em *status*, há uma ameaça do reconhecimento dos seus direitos.

No caso de não haver uma igualdade de direitos, logo, de participação social, o autorrespeito abre espaço para sentimentos de humilhação, que, para esse autor,

paralisam o sujeito. A saída dessa condição só seria possível através de resistência e de protesto.

Além da autoconfiança, proporcionada por meio da “dedicação afetiva”, e do autorrespeito há, por fim, a terceira forma de reconhecimento, que consiste na estima social recíproca. Esse padrão permite ao sujeito referir-se positivamente a suas propriedades. A discussão das situações onde ocorre uma estima social tem como pressuposto um campo de valores compartilhado intersubjetivamente. “(...) para poderem chegar a uma auto relação infrangível, os sujeitos humanos precisam (...) de uma estima social que lhes permita **referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas**”. (Honneth, 2003, p 198 [grifo nosso]) Nesse sentido supomos ser possível observar empiricamente essa manifestação por meio do discurso dos indivíduos.

Ao longo da história ocidental a superação da divisão social estamental da estima nas sociedades medievais levou à superação da divisão dos seres humanos por meio da *honra*. A honra passou a ser uma categoria de todos e foi expressa juridicamente como *dignidade* e na vida privada como *integridade*. Contudo essa descristalização da escala com que se mede a estima levou a luta dos diferentes grupos sociais por atribuir maior valor às capacidades associadas a sua forma de vida. É evidente que esses padrões e sua hierarquia “(...) estão acoplados de forma indireta com os padrões de distribuição de renda, os confrontos econômicos pertencem constitutivamente a essa forma de luta por reconhecimento” (Honneth, 2003, p. 208). Logo, essas escalas de valores têm consequências práticas na biografia de cada indivíduo. Segundo o autor, elas dependem da avaliação social de seus pares quanto a seus atos. Nos grupos os sujeitos podem experimentar uma solidariedade limitada aos seus membros que pode permitir a constituição de sentimentos generalizados de valor mútuo.

Conforme Honneth (2003), as experiências de desrespeito resultam na negação do reconhecimento. Elas se devem a um rompimento ou a falta de garantia de uma relação que mantém uma expectativa de reconhecimento alheio. Quando ela é rompida ou negada gera sentimentos de humilhação, raiva, vergonha. Honneth interpreta como sendo uma formação de sentimento moral de desrespeito ou indignação moral, que, em termos cognitivos, se tornam motivação para a resistência e enfrentamento político. Para que esse processo se desenvolva, porém, seria necessário um contexto político e cultural que o propicie. A luta por reconhecimento pode então estar expressa nos discursos de indivíduos que se posicionem sobre situações de desrespeito ou indignação moral. Compreendemos que é possível analisar as falas como índices do grau de enfrentamento político do não-reconhecimento.

4.3.2 A relação entre o não reconhecimento e a redistribuição.

No artigo “Reconhecimento sem ética” (Fraser, 2007), Nancy Fraser coloca que a política progressista se divide em dois campos: os que se apoiam na categoria “redistribuição” e os que se fundamentam no “reconhecimento”. Segundo a autora, o primeiro defende uma distribuição mais justa de recursos materiais. O segundo campo apresenta conceitos sobre o respeito igualitário às diferentes perspectivas de grupos sociais.

Fraser (2007) rejeita uma oposição entre as duas categorias, propondo a união das duas em uma única teoria, uma vez que em posições separadas, cada uma não é suficiente para entender os processos sociais. Para tanto, considera necessário construir um conceito mais amplo de justiça.

Nesse processo de formar um novo conceito, Fraser faz algumas substituições de concepções utilizadas por Honneth (2003). Afirmando que a justiça se vê relacionada à moralidade kantiana e o reconhecimento de Honneth, à ética hegeliana, prefere separar as noções de justiça e ética, escolhendo a primeira, por considerar que normas de justiça são universalizáveis e a ética, não. Encara, dessa forma, as reivindicações por reconhecimento propostas por Axel Honneth e Charles Taylor como restritas ao estarem associadas à ética. Fraser toma a política de reconhecimento para o lado da moral, tornando-a, segundo a autora, reivindicações por justiça que reúnam a redistribuição e o reconhecimento.

Fraser afirma que Honneth enfatiza a exigência da identidade para o reconhecimento. Ela critica essa posição por não considerar a identidade como o padrão do reconhecimento. Também considera problemático que o reconhecimento seja tratado no âmbito da ética e não no da moral. Avalia que o reconhecimento ao ser tratado como uma questão ética tende a propor mudanças na subjetividade e não uma redistribuição do poder e dos recursos materiais. Haveria ainda a possibilidade de um separatismo no lugar de uma interação de grupos.

Ao rejeitar uma “política de identidade”, Fraser (2007) propõe tratar o reconhecimento segundo o modelo do *status* social. Dentro desse modelo de status o que exige o reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição de seus membros como parceiros integrais na interação social. Essa condição é chamada pela autora de *paridade participativa*, a qual consiste no principal conceito de sua discussão. Ainda segundo a autora, as vantagens desse modelo estariam em não essencializar a identidade. A paridade participativa levaria a interação e não ao separatismo. Entender o reconhecimento sob essa teoria contribuiria, portanto, para a igualdade de status. Para Fraser, todo esse processo se mostra substituindo o bem pelo

correto, a ética pela moralidade e, dessa forma, integraria o reconhecimento e a distribuição.

A teoria de Honneth, conforme a percepção de Fraser (2007), tenta acomodar um pouco da questão da distribuição com o argumento de que uma mudança na ordem cultural, que responde pelas desigualdades, seria suficiente para resolver o problema da distribuição. No texto em questão dessa autora, entretanto, essa assume que não se satisfaz com tal argumentação, uma vez que nem todo problema de distribuição é resultado do não reconhecimento (Fraser, 2007). Deste modo, é possível compreender que enunciados de indivíduos revelem o problema da distribuição e sua associação com o não-reconhecimento. As falas dos sujeitos sobre as suas características podem revelar o quanto se sentem apartados da participação igualitária na sociedade, ou seja, o oposto da *paridade participativa*.

A ênfase na redistribuição demonstra uma preocupação com os valores dados às diversas atividades e com a legitimidade dos dispositivos que os determinam. Essa ênfase se integra a uma luta por reconhecimento. O que Axel Honneth (2003) chama de estima se refere ao reconhecimento das habilidades e atividades de um sujeito e a má distribuição também se dá devido a uma determinada atividade não receber a devida estima social. Em termos da análise do conteúdo dos discursos podemos localizar a atribuição de estima às habilidades dos sujeitos. Essa atribuição de estima permite inferir se para o sujeito aquela característica recebe a devida valorização social.

4.3.3 Contradições e sínteses da relação entre reconhecimento e redistribuição

Axel Honneth, seguindo uma tradição hegeliana, defende que o reconhecimento intersubjetivo é uma condição para o desenvolvimento de uma identidade positiva

necessária para a participação na esfera pública. Fraser, por sua vez, através de uma concepção kantiana, acredita que o reconhecimento pode ser melhor apreendido de acordo com um padrão universal de justiça aceito por todos (Mattos, 2004).

O processo de mudança em Fraser parece acontecer do objetivo (dimensão material e política) para o subjetivo. Enquanto que em Honneth seria intersubjetivo, uma vez que em sua teoria são as lutas que conquistam a estima e a justiça, que por sua vez, mudam a distribuição material. Historicamente, as lutas proletárias sempre estiveram implicadas na significação de injustiça como desrespeito (Pinto, 2008).

Fraser parece entender as duas categorias em questão associadas não aos atores, mas a princípios e “remédios”, o que seriam as políticas públicas, por exemplo. Honneth coloca o cidadão em uma posição de sujeito que se autodefine como objeto do reconhecimento intersubjetivo, portanto, dependendo da presença de um outro (Pinto, 2008). O reconhecimento se dá na relação. Embora Honneth ainda possa se encontrar em um plano mais teórico e Fraser lançando propostas para ações mais concretas, a noção de conflito parece se mostrar mais presente em Honneth.

Mendonça (2009) chama a atenção para um momento do referido artigo de Fraser, em que a autora afirma que o problema de ter o foco na identidade e na autorrealização dos sujeitos, leva a não haver um critério de justiça e, dessa forma, grupos extremistas, por exemplo, também seriam justificados. Para evitar tal situação, ela defende o conceito da paridade participativa. Com essa interpretação, Fraser parece desconsiderar a questão da intersubjetividade bastante presente na fala de Honneth. Esse aspecto poderia responder as questões de Fraser sobre os parâmetros de justiça, para quem os critérios de justiça não viriam das lutas, mas sim dos serviços. As lutas intersubjetivas de Honneth caminhariam para uma construção dialógica-

Quanto à validação das demandas de acordo com a teoria de Honneth, essas devem ser produzidas em uma relação intersubjetiva que leve em consideração o outro, portanto, demandas que apenas reconhece o seu grupo e não reconhece o outro como sujeito de direitos, não são demandas. As correntes teóricas ainda se encontram limitadas em um plano teórico, o que mostra que as concepções que se fundamentam na questão do reconhecimento ainda se encontram em processo de construção para além desses autores (Mendonça, 2009).

4.3.4 Redistribuição e Reconhecimento no contexto brasileiro

No Brasil a desigualdade de poder e material é muito acentuada. As demandas por diminuir essa desigualdade têm sido tratadas como questões de redistribuição, seja econômica seja de poder simbólico. Há no Brasil um grande número de políticas públicas de proteção social de transferência de renda aos mais pobres, por exemplo: o Programa Bolsa Família. Há uma grande discussão se este é mesmo uma política de redistribuição, porém é inequívoco que se trata de uma política de foco economicista. Jessé de Souza (2011) chama de “economicismo” o entendimento das desigualdades sociais reduzido a um problema de renda. Esse foco sustentaria as estruturas sociais na forma como essas se apresentam.

O economicismo trata as questões sociais como problemas de ordem econômica, cujos responsáveis seriam o Estado e o Mercado. O Estado seria o responsável pela “má administração” de recursos e o Mercado, pelo consumismo, por exemplo. Dessa forma, se isola a sociedade da contribuição para esses problemas. Essa concepção esconde os conflitos sociais existentes no país, principalmente por ser também a visão da população.

Entender as desigualdades sob uma visão economicista resulta em não considerar os “valores imateriais” que sustentam as estruturas sociais (Souza, 2011). Esses valores imateriais consistem em propriedades e capacidades valorizadas na sociedade, cuja apropriação torna o grupo social ou indivíduo mais importante ou “bem visto” no meio social. Um exemplo seria conhecimentos considerados como capital cultural. Essas propriedades não estão disponíveis a todos os grupos. Dessa forma, algumas classes sociais se apresentam não apenas como desprovidas de capital econômico ou cultural, mas também sem condições sociais, morais e culturais que permitem a apropriação desses valores.

Para Souza (2003), o maior conflito social e político do país é a desconsideração de questões de caráter social, que atingem pessoas das classes sociais mais baixas. Essas passam a ser lembradas apenas quando aparecem sob a forma de “pessoas carentes” dignas de pena ou uma ajuda financeira, ou ainda como criminosas. A legitimação das desigualdades sociais, portanto, se dá por essa não percepção do modo como essas são geradas e mantidas. A questão social do país se torna, então, a ausência do reconhecimento social entre as classes sociais (Souza, 2011).

Compreendemos que é possível identificar nas falas e nas produções artísticas dos jovens o entendimento que possuem sobre a questão social. Por exemplo, há várias letras de RAP e hip hop que denunciam a desigualdade e o preconceito contra os habitantes da periferia. Supomos que tais enunciados podem ser encontrados em falas e produções gráficas dos jovens comuns. Essas produções permitem analisar como percebem o não reconhecimento e a não redistribuição.

4.4. Jovem e Cultura

A temática da cultura se mostra uma importante categoria de análise quando se discute a juventude. Não é, no entanto, o foco dessa pesquisa. Porém, julgamos necessário destacar alguns pontos sobre a produção cultural e sua relação com esse grupo social por termos feito uso dessa relação no método de pesquisa.

Podemos dizer que os jovens, de uma forma geral, apresentam uma expressiva relação com manifestações culturais. Seja na forma de consumo, que expressa determinada cultura, seja na de produção artística. Na nossa sociedade, a cultura, de uma forma geral, se apresenta também como capital (Souza, 2011). Essa condição termina por tornar alguns conhecimentos e manifestações mais valorizadas socialmente, em detrimento de outras, que aparecem geralmente sob o termo de “cultura marginal” por pessoas ligadas a esse meio ou também, por subculturas. Entretanto, com o mercado de consumo e a indústria cultural tendo percebido a valorização da juventude, não apenas como uma faixa etária, mas como um “estilo de vida”, algumas dessas “subculturas” vêm sendo utilizadas por esses mercados, valorizando-as no sentido de se tornar “consumível”. No entanto essa valorização ocorre sob uma transformação da intenção original. Algumas dessas expressões culturais costumam representar uma forma de se manifestar criticamente. Quando se tornam utilizadas pelos meios citados, perdem seu caráter crítico, se tornando apenas consumo (Peralva, 2007).

As manifestações culturais que às vezes estão sob a condição de “marginal”, às vezes como parte da indústria cultural consistem, entre outros, na música, como o Rap, Hip Hop, Punk, Funk; assim como na literatura, representada nessa pesquisa pelos fanzines.

4.4.1. Fanzine como expressão do jovem

O Fanzine é uma espécie de folhetim informal, feito em papel, cujo conteúdo não está direcionado ao lucro. As produções podem consistir em textos informativos, literários, poéticos, colagens, quadrinhos, desenhos ou qualquer outra criação. No Brasil, foi difundido pela década de 60 do século XX por movimentos juvenis tendo como princípio a não dependência das grandes mídias para se expressar e trocar informações (Guimarães, 2000).

A prática do fanzine pode ser compreendida por meio da discussão sobre o caráter ideológico da cultura afirmativa tratada por Marcuse (1997), o qual tece críticas a uma arte elitista, distante da realidade cotidiana e que não tem a pretensão de transformá-la. O Fanzine apresenta uma direção oposta a essa, pois desde o início de sua prática, se compromete com a denúncia da realidade (Guimarães, 2000) através da expressão livre, se contrapondo a conceitos normativos da arte elitista.

A utilização do Fanzine pode ser bastante útil em trabalhos com jovens. O emprego desse material em grupos com essa faixa etária torna possível a participação do conhecimento e da cultura dos(as) próprios(as) jovens, a reflexão sobre eles e a construção de ideias. A produção do fanzine não exige muitos recursos, sendo necessário apenas material de papelaria de baixo custo, o que se vê de sensível importância, pois, embora o material deva ser levado para o local pelos pesquisadores/facilitadores, o trabalho poderá estar lidando com jovens de baixa renda e, dessa forma, o acesso posterior, caso tenham interesse, não estará distante de sua realidade.

Por essas características, o fanzine também pode ser usado como instrumento de pesquisa com esse público. Dessa forma, se oferece algo imediato aos jovens

participantes da pesquisa, no caso uma oficina, além de se tornar uma forma de coletar informações. O emprego do fanzine em pesquisa será descrito posteriormente na discussão do método.

5 Objetivo Principal

Essa pesquisa teve como objetivo compreender os sentidos atribuídos à juventude, violência e justiça por jovens na condição de conflito com a lei.

6. Método

6.1 A proposta inicial:

A pesquisa de campo se desenvolveu de forma diferente da que foi pensada inicialmente. A necessidade de alguns documentos e a ocorrência de alguns desencontros, descritos a seguir, mudaram os planos iniciais, além da adequação à rotina dos Serviços de Medidas Socioeducativas (SMSEs).

A proposta inicial de método, portanto, consistia em cinco etapas. A primeira era ir aos SMSEs com os quais conseguisse contato e fazer uma reunião com gerente para pensar nas possibilidades de desenvolvimento da pesquisa. As etapas seguintes consistiam em iniciar visitas para observação nos Serviços quando houvesse atividades em grupo ou eventos, a fim de obter uma aproximação e interagir com eles. Em um desses encontros poderia ser apresentada a eles, falar da pesquisa e formar um grupo (ou mais, se necessário) com os que se dispusessem a participar. Haveria um ou dois encontros para a produção de fanzine (terceira etapa), ao fim dos quais haveria uma discussão a partir do que foi produzido. Dessa forma, seria possível não apenas obter as informações necessárias à pesquisa, mas também contribuir para uma reflexão a cerca do que exposto nos papéis do fanzine. A quarta e quinta etapa seriam, respectivamente, as entrevistas individuais e devolutiva aos jovens com entrega das cópias dos fanzines.

O que mudou da proposta inicial para a seguinte de método:

Como será exposto adiante, não foi possível fazer as discussões com maior profundidade, pois como já era esperado, eu precisei lidar com os horários dos Serviços, sendo que em todas as ocasiões, o período que ficava disponível para esses grupos terminava sendo bastante curto e não dava tempo. As entrevistas ocorreram não necessariamente após o fanzine, visto que também precisei trabalhar de acordo com a disponibilidade dos garotos para a pesquisa. Participaram, por fim, 14 jovens que entre os 15 e 18 anos. Todos do sexo masculino.

6.2 O desenvolvimento da Pesquisa em campo

A fim de ter acesso aos Serviços de Medidas Socioeducativas, comecei a frequentar por alguns meses à reuniões do Fórum em Defesa da Vida, que se realiza em um bairro de periferia do município de São Paulo, pois geralmente havia a presença de técnicos de SMSEs representando o tipo de serviço. Conhecendo alguns responsáveis pela organização do Fórum, fui apresentada a esses técnicos. Em cada reunião, conseguia contato de algum gerente de SMSE. As primeiras tentativas não obtiveram sucesso, pois além de alguns nunca terem retornado minhas mensagens, dos que me responderam, alguns justificavam o motivo de não ser possível se comprometer com a pesquisa, outros nunca conseguiam agendar data para se reunir comigo. Finalmente, um gerente aceitou prontamente que o seu SMSE fosse utilizado para a pesquisa e logo marcou o primeiro encontro, no qual me explicou sobre a documentação necessária para que passássemos pelos meios legais antes de iniciar a pesquisa. A documentação consistia na autorização do Centro de Referência Especial da Assistência Social

(CREAS) da região e do Departamento de Execuções da Infância e da Juventude (DEIJ). Não houve problemas com essas autorizações.

Por continuar encontrando dificuldades em ter a pesquisa aceita em outros SMSEs, o gerente citado indicou-me um, no qual também tive a pesquisa aceita após reunião com a gerente. Houve o mesmo processo de autorização.

Foram marcadas reuniões com cada equipe de profissionais desses SMSEs, nas quais a pesquisa foi apresentada com as propostas de atividades e instrumentos de pesquisa, explicitando minha intenção de que fosse desenvolvida a partir da dinâmica do Serviço. Dessa forma, os técnicos e gerentes se mobilizaram para pensar no que poderia ser feito, e de que maneira. As decisões foram sendo tomadas coletivamente sobre como falar da pesquisa aos jovens e como formar os grupos. Em cada SMSE se decidiu um procedimento diferente baseado no cotidiano e características do local.

6.3 Desenvolvimento da pesquisa no SMSE I

No primeiro SMSE não estava havendo atividades em grupo e não haveria nenhum evento em breve. Dessa forma, os técnicos pensaram em outra forma de convidar os garotos. Ficou combinado que cada técnico conversaria com os jovens, pelos quais fossem responsáveis no Serviço, formariam os grupos e me enviariam a lista já com os nomes e grupos. Decidiu-se também que para falar da pesquisa aos jovens, deveria ser dito que se tratava de um trabalho sobre o dia-a-dia deles e que o dia de participação na pesquisa valeria como dia de atendimento. Já para obter a autorização e assinatura dos pais/responsáveis pelos jovens, eu deveria ir a uma reunião com esses, apresentaria a pesquisa e pegaria a assinatura de pais/responsáveis pelos jovens que já haviam concordado em participar.

No dia dessa reunião, ainda não havia sido possível ter os nomes dos garotos. Por isso, eu apenas fui à reunião para falar da pesquisa e informar que os jovens que aceitassem participar, levariam um documento para casa para que fosse autorizado ou não. Os familiares presentes deram bastante apoio ao desenvolvimento da pesquisa, não havendo nenhum que se colocasse contra.

Durante cada atendimento, então, os técnicos conversaram com os jovens e foram formando grupos de acordo com os horários disponíveis de cada um, o que levou a criação de três grupos, de três a quatro garotos em cada grupo. A partir daí, o planejamento era: uma primeira reunião para falar da pesquisa, pois embora os técnicos já tivessem falado, eles não me conheciam; uma ou duas para a produção do fanzine e um dia para a entrevista que seria em qualquer dia em que eles já estivessem marcados para ir lá.

Na primeira semana, apenas dois grupos deram certo. No terceiro nenhum compareceu. A partir da segunda semana, continuei indo nos horários que achava que estavam marcados, mas os garotos do primeiro e terceiro grupo não estavam aparecendo e o segundo grupo sempre tinha ausências, fazendo com que a produção do fanzine começasse sem todos juntos. Descobri, então, que houve um problema de comunicação entre eu e os técnicos. Eu havia pensado que a lista de grupos que me deram continha dias da semana fixos, mas eles me informaram que a lista valia apenas para a primeira semana, pois acharam que eu que passaria a marcar com os jovens. Quando o problema foi resolvido eu passei a sempre me informar com os técnicos sobre os dias já marcados para atendimento, pois não era possível contar a presença desses jovens em dia em que não houvesse uma obrigação de estarem no local. Dessa forma, o fanzine foi sendo produzido com os que estavam no momento, havendo também a presença de garotos que não estavam na primeira lista, pois alguns ficavam curiosos para participar, outros

eram convencidos pelos amigos. Foram três dias de produção de fanzine em dias distantes um do outro.

Os grupos, que foram chamados de “oficinas de fanzine” (decidido na reunião com a equipe), apresentaram o seguinte formato: eu, enquanto pesquisadora e facilitadora, distribuía o material (revistas, cola, tesoura, papeis, lápis de cor) sobre uma mesa grande e pedia para que eles fizessem produções que tivesse relação com o dia-a-dia deles. Poderia ser uma situação pela qual passaram, um pensamento, qualquer ideia que eles achassem que fazia parte da vida deles. Em seguida, dava um tempo, no qual as produções individuais eram elaboradas. Enquanto isso eles ficavam brincando e conversando entre si e eu aproveitava para participar dessas conversas e questionar sobre o que estavam fazendo e porquê. Não foi possível, porém, fazer as discussões com maior profundidade, como havia planejado, pois o período que ficava disponível para esses grupos terminava sendo bastante curto e não dava tempo.

As entrevistas ocorreram não necessariamente após o fanzine. Percebendo que a presença, mesmo em dias marcados, não era certa, passei a fazer da forma como era possível no dia. Nem todos os garotos que foram entrevistados fizeram o fanzine e vice-versa, pois, uma vez que alguns da primeira lista desistiram, comecei a conversar informalmente na sala em que costumavam ficar e a marcar as entrevistas apenas, já que não havia a possibilidade de formar novos grupos.

Como fui bastante nesse SMSE, consegui encontrar os jovens várias vezes e me tornar um rosto conhecido. Também fiquei bem próxima da dinâmica do local, conversando com todos os funcionários do serviço, observando, ouvindo as conversas dos jovens e, quando possível, conversando com eles também. Em uma dessas visitas, soube que um dos jovens que havia feito fanzine, tinha sido apreendido novamente. Os

garotos que estavam na sala disseram que provavelmente ele não soube conversar com os policiais por ser muito ansioso. Disseram ainda que os policiais “plantaram” uma arma para ele, ou seja, disseram na delegacia que ele estava armado, quando, na verdade, não estava. Algumas semanas depois, ele voltou com uma nova L.A. (Liberdade Assistida).

6.4. Desenvolvimento da pesquisa no SMSE II.

Como apresentado anteriormente, as decisões tomadas com a equipe de técnicos desse SMSE foram um pouco diferentes das do anterior. Inicialmente, a gerente informou que já estava havendo uma oficina de fanzine e que eu poderia conversar com o oficinairo para participar e usar alguns dias para a pesquisa especialmente. Essa oficina encerrou antes do prazo pela saída do oficinairo e começou outra, mas o foco era produção de vídeo. Como as decisões foram tomadas de forma coletiva, assim como no SMSE anterior, alguns técnicos e a gerente me deram opções para que o desenvolvimento da pesquisa fosse possível, pois não haveria possibilidade de formar outro grupo. Eu deveria, então, conversar com o oficinairo da oficina de vídeo e planejar datas com ele.

Na conversa com o oficinairo, esse se mostrou bastante flexível e aberto à pesquisa. Ele conhecia a cultura do fanzine e já havia trabalhado com esse tipo de produção. No momento estava fazendo essa oficina de vídeo, a qual tinha como objetivo fazer um videoclipe de uma música de dois jovens que participavam do grupo. Os jovens seriam filmados cantando pelas vielas da comunidade, outros filmariam e todos fariam a edição. Os dois garotos fazem *funk* e costumam fazer vídeos caseiros para pôr

na internet, assim como vários outros jovens, que criam o mesmo tipo de música e também moram em comunidades de periferia, vem fazendo.

O oficinairo avisou aos participantes da oficina que eu participaria de um encontro para convidá-los para uma atividade comigo. Compareci um dia, participei da oficina e ao fim dessa, me apresentei e falei da pesquisa, convidando-os. Estavam presentes apenas três jovens, um deles não cumpria medida, mas como sempre acompanhava o amigo que cumpria, passou a participar junto. Como ele estava inserido no contexto de interesse da pesquisa, ele foi incluído nessa. Eles aceitaram, mas sem muita disposição. Percebi que também tinham pouco ânimo para editar os vídeos que eles próprios haviam feito. A impressão era de que, embora eles se interessassem por uma atividade, o fato de fazerem parte do cumprimento das medidas diminuía a iniciativa, ao se caracterizar uma aparente obrigação.

Marcamos um dia em que fossem para a comunidade deles gravar algumas cenas, mas no dia marcado, apenas dois dos jovens chegaram e informaram que não seria possível filmar a comunidade naquela semana, pois havia ocorrido uma “treta” (sic). Não disseram o que houve. O oficinairo não havia levado seu material, e então eu fiz a entrevista com esses dois jovens. Posteriormente, houve a produção de fanzine, também no horário dessa oficina, mas assim como no outro SMSE, não foi possível desenvolver uma discussão, pois tivemos pouco tempo disponível. Também não houve outra oportunidade de acompanhá-los à comunidade. Eles encerraram com as imagens que já tinham.

Como não havia conseguido ter acesso a muitos jovens nesse Serviço, pedi à gerente para ir um dia qualquer tentar entrevistar alguns. Poderia conversar com eles informalmente e fazer o convite para a entrevista. Ela pediu para comparecer em um dia

em que haveria uma atividade em grupo pela manhã e um pela tarde. Mesmo assim, nesse dia consegui entrevistar apenas um em cada turno, pois eles precisavam/queriam ir embora após a atividade do local.

A última etapa planejada, a devolutiva, foi difícil de realizar, pois entrou em período de fim/início de ano e a equipe ficou bastante ocupada. Marcaram para mim uma data já em 2013 e convidaram os garotos a comparecer, mas apenas um apareceu, pois estava marcado também com o técnico naquele dia. Como estava apenas eu e ele, o clima ficou um pouco de atendimento individual e ele, que se mostrou bastante tímido desde o início, não quis conversar muito. Conversamos brevemente sobre o que ouvi dos demais garotos e sobre as produções criadas.

7. Resultados e Análises

7.1 Apresentação dos jovens

Os 14 jovens que participaram dessa pesquisa se encontram na faixa etária entre os 15 e 18 anos. Visto que nos SMSEs onde se deram atividades havia pouca ou nenhuma menina, os participantes foram todos do sexo masculino. A maioria estava atrasada em relação ao nível escolar, pretendendo retornar os estudos no ano seguinte (2013). Apenas alguns estavam trabalhando no período do desenvolvimento da pesquisa, sendo um desses campos de trabalho, os lava-jatos.

Todos residem em regiões próximas aos SMSEs, ou seja, em bairros da periferia do Município de São Paulo. O local de moradia apareceu em algumas falas como “favela”, sendo associada à falta de recursos, relacionada por eles, a “gente errada” e “bagunça”.

M. (...) mas toda favela é assim [com muita violência].

Pesquisadora: Assim como? Com pessoas que agem de forma violenta?

M. É.

P. Por que você acha isso?

M. Porque tem mais gente errada.

P. O que é ser uma pessoa errada?

M. Que faz as coisas erradas

P. E por que você acha, então, que pessoas na favela fazem coisas erradas?

M. Falta grana... ai a pessoa faz.

Ainda sobre favela outros dois jovens travaram o seguinte dialogo:

Em uma das oficinas de vídeo, G e JC apareciam em um dos vídeos entrando na casa de um deles. JC falou: “Passa essa parte, tá muito bagunçado”. G disse: “Tu é favelado. Nós é da favela. A casa é assim mesmo” (Diário de Campo, 09/2012).

7.2. Contexto de violência durante a pesquisa

Sabe-se que, principalmente nos grandes centros urbanos, as situações de violência acontecem diariamente, porém em alguns momentos ela atinge níveis mais elevados, se tornando mais recorrente e passando a aparecer mais na mídia. Quando essa pesquisa estava em período de campo, a cidade de São Paulo se via em um desses momentos. Dessa forma, se mostra importante descrever o contexto do período em que as entrevistas e os grupos foram realizados, visto que, possivelmente, estava como pano de fundo das informações colhidas nessa ocasião.

No período em a pesquisa esteve em campo - segundo semestre de 2012 – ocorreu um aumento do número de homicídios na cidade de São Paulo. A população residente das regiões centrais da cidade tomou conhecimento diariamente das notícias dos jornais locais, relatando seguidas mortes de jovens e policiais, além de pessoas ligadas ao tráfico de drogas, supostamente durante conflitos entre esses. A população da periferia, além das mídias, presenciava essas mortes ou ficava sabendo pelos vizinhos do bairro, vivendo por esse tipo de situação de forma mais direta.

Em novembro de 2012, a Folha de São Paulo *on line* relatou a morte de duas pessoas, levando a chegar a 15, o número de mortes apenas desde o dia anterior ao da

notícia (www1.folha.uol.com.br, 09/11/2012. Acesso em Fevereiro/2013). No mês anterior, o Portal “rap nacional”, declarou luto pela morte de rapper por policiais, conforme informações da notícia.

Luto: Rapper Daniel Gabu do Rosana é assassinado.

A onda de violência que está assolando as periferias de São Paulo deixou mais uma vítima fatal neste domingo (14) o rapper Daniel Gabu do Rosana, de apenas 22 anos, foi brutalmente assassinado por policiais, na região do Campo Limpo, extremo sul da capital (www.rapnacional.com.br, 14/10/2012. Acesso em outubro/2012).

Os comentários dos leitores dessa matéria demonstram a indignação por não suportarem tantas mortes de jovens negros e pobres sem investigação satisfatória. Uma leitora afirmou: “Meu luto é desde que me entendo por gente. Todos os dias” (www.rapnacional.com.br, 14/10/2012. Acesso em outubro/2012).

Os jovens mortos nesse contexto eram, principalmente, negros, moradores da periferia da cidade. Uma matéria no Portal ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), expõe uma notícia do jornal *on line* do Estado de São Paulo, na qual há dados sobre mortes de jovens entre 2001 e 2010, utilizados para contribuir na compreensão da situação de 2012.

Entre 2001 e 2010, 93% das pessoas que morreram em supostos tiroteios com a Polícia Militar em São Paulo (SP) moravam na periferia. No levantamento do Instituto Sou da Paz, que usa dados do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade da Secretaria Municipal da Saúde, a idade dos mortos impressiona: 60% têm entre 15 e 24 anos. "A situação mais estranha é a

dos jovens com 16 e 17 anos, que correspondem a 9% do total de vítimas e apenas 3,6% da população", diz Lígia Rechenberg, coordenadora do Sou da Paz. "A falta de equipamentos públicos, moradia digna, acesso de qualidade à educação, saúde e cultura, a atuação desumana da polícia e o envolvimento de jovens com drogas e infrações são os maiores desafios", diz Sidnei da Silva, do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca). (www.andi.org.br, julho/2012. Acesso em fevereiro/2013).

No início de 2013 foi declarada a primeira chacina do ano, noticiada por diversas mídias, a qual ocorreu em um bar do bairro Campo Limpo. Entre os mortos estavam um rapper conhecido da região, que cantava sobre o cotidiano da periferia, além de uma pessoa que havia filmado uma ação policial. Suspeitou-se de que os responsáveis pela chacina eram membros da polícia. Essas possíveis relações de fatos não foram confirmadas.

Primeira chacina do ano em SP deixa cinco mortos. (...) Ao todo, em 2012 foram registradas mais de 15 chacinas na região metropolitana de São Paulo, que causaram a morte de mais de 50 pessoas. (www1.folha.uol.com.br, janeiro/2013. Acesso em janeiro/2013).

O rapper Ferréz retrata bem esse contexto em texto publicado no jornal *on line* do Estado de São Paulo. Segue um trecho:

Saímos do Cemitério Jesuíta, calças largas, bonés, frases das letras de rap na camisa, hoje somos o tema das letras, a canção será mais triste quando for ouvida, e quando íamos cruzar a avenida, mais um enquadro, todo mundo na parede.

Um ônibus para, algumas pessoas que estavam no enterro descem, a polícia teme, o povo avança, um dos rappers está sendo revistado, um menino chega perto do policial, olha pro alto, bem nos seus olhos, o policial nota os olhos úmidos, o menino diz.

– *Acabamos de vir do enterro, vocês não respeitam nada?*
(www.estadao.com.br, janeiro/2013. Acesso em janeiro/2013).

Referências sobre as ocorrências que marcaram esse período aparecem em falas dos jovens participantes dessa pesquisa. Um deles (Z), se refere constantemente em sua entrevista à imprensa e seu modo de cobrir as ocorrências. No trecho abaixo, Z comenta que a mídia, principalmente uma grande emissora de televisão, não noticia as situações da forma como ocorreram realmente.

Z. Teve até os meninos do Campo Limpo, saiu no jornal e tudo, você viu? Eles ficam dizendo que tem troca de tiro, mas nem sempre tem, quer vê? Eu encontrei esses meninos quando eles iam fazer o assalto, era uma sorveteria, acho. Eles tavam com arma de brinquedo! Ai a “emissora X” disse que teve troca de tiro, mas eles tinham arma de brinquedo! Como pode ter tido troca de tiro? Mas um dia a casa cai! Um dia a casa cai pra “emissora X”.

Na entrevista de outro jovem (RA), esse contexto é citado várias vezes. Ele falou que o pensamento que lhe vem é da possibilidade de ser o próximo a passar por um desses conflitos com policiais ou mesmo ser morto. Na tentativa de reduzir esse risco, ele vem deixando de sair à noite. Referências aos homicídios também aparecem quando os jovens citam as mortes de amigos e conhecidos de bairro.

Houve uma visita a um dos SMSEs, em que me foi dito sobre três mortes na semana anterior. Os dois jovens entrevistados nesse dia se referiram a amigos mortos pela polícia, além do próprio gerente ter me informado que “perderam” um dos jovens atendidos no Serviço.

Ao ir embora, comentei com o gerente que ambos os garotos entrevistados comentaram mortes de amigos nesses dias, Ele disse que um jovem atendido por eles também havia sido morto (Diário de Campo, 28/11/2012).

O momento em que a pesquisa de campo foi realizada, portanto, consistiu em um período de tensão, marcado por homicídios de jovens da região em que se deu a pesquisa. Essa tensão e a condição da vulnerabilidade perante as ações policiais serão analisadas mais adiante a partir das falas dos jovens, em que essas situações se fazem presentes.

7.3. Relação dos jovens com a pesquisadora

A postura assumida, enquanto pesquisadora, em relação aos jovens, foi regida por uma preocupação em diminuir um possível estranhamento ou desconforto deles em falar com alguém que não se conhece, a fim de facilitar o acesso aos garotos. Para tanto, passei bastante tempo nas salas em que eles costumavam ficar e tentava conversar informalmente. A postura deles, entretanto, variou. Com alguns, tive muitos encontros devido a esse comportamento que apresentei, o que os deixou mais interessados em participar da pesquisa, mas houve os que se mostraram muito acessíveis mesmo nunca tendo me visto. Houve outros que, após uma conversa informal na sala de espera, assumiram que preferiam não participar.

Para alguns, houve um primeiro encontro agendado, no qual eu agradecia a disponibilidade de participação, informava minha posição naquele Serviço, no que consistia minha pesquisa, com quais instrumentos eu iria trabalhar, mostrava os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, destacando o trecho sobre o sigilo e, então, mostrava exemplos de fanzines de vários estados do país, falando um pouco sobre esse tipo de produção. Ao fim, perguntava a opinião deles e se mantinham o interesse em participar. Para outros, não foi possível fazer um encontro apenas para apresentação, a qual se deu informalmente nas salas de espera. Mesmo com os que não produziram fanzine, eu falava do que vinha sendo feito. Esse processo de apresentação teve o objetivo de torná-los menos passivos no processo de pesquisa.

Alguns jovens apresentaram comportamentos mais específicos. Um deles, que estava na lista formada pelos técnicos do SMSE I, após o primeiro encontro agendado destinado a apresentação da pesquisa, voltou à sala onde eu estava e me perguntou se poderia falar comigo “sem ser como adolescente” (sic). Ao que respondi que sim, que eu poderia vê-lo sem ser como adolescente. Nesse momento ele me perguntou se era casada. O que respondi afirmativamente.

A partir dessa situação fiz a inferência de que o termo “adolescente” o apresentava de uma maneira diferente da qual eles são chamados em outros lugares. Quando os jovens se referiam a sua identidade para a polícia ou para a justiça o termo utilizado era “menor”. Já para os técnicos do SMSE eles eram chamados como “adolescentes”. Logo o meu papel como interlocutora daqueles jovens foi, nesse momento, a de uma pessoa que poderia chamá-lo de outra forma. Não precisaria nem chama-lo de “adolescente” nem de “menor”. Ou seja, o meu lugar na conversa não era somente associado ao de uma técnica do SMSE.

Outro comportamento que se manifestou em alguns jovens, durante as entrevistas, foi o de se esquivar de alguma culpa ou de uma possível repreensão da minha parte, como mostra a fala de G:

G. Ó... eu num vou mentir... eu já briguei, sim, mas foi de violência mesmo não, foi grave não, foi só de falar. [sobre uma briga na escola com um colega. A pergunta foi se ele já se viu em uma situação de violência].

Observações etnográficas de audiências da vara da infância foram relatadas em artigo de Paula Miraglia (2005). Trata-se de audiências “de conhecimento”, nas quais o juiz ou juíza tem primeiro encontro com o jovem para apurar a culpabilidade desse diante uma acusação de infração. Nessas audiências, o juiz ou a juíza, na presença dos representantes da defesa e acusação lê a acusação e apresenta brevemente algumas informações sobre o jovem, que geralmente está acompanhado de um familiar (Miraglia, 2005). A autora compara as audiências a uma encenação dramática, em que o juiz ou juíza abusa do poder de sua função, fazendo com que a definição da medida imposta parta, quase que exclusivamente, de sua decisão. Os demais presentes no ambiente, principalmente o jovem, se tornam apenas coadjuvantes no processo. Esse processo de decisão, para a autora, tem um destaque ao seu fim, quando o juiz ou a juíza dá uma “lição” para o jovem e, muitas vezes, também para seu familiar presente. Essa postura expõe o jovem, que passa a ser julgado não somente por seu ato infracional, como também moralmente, por todos os aspectos de sua vida. Essa lição é dada mesmo quando é provada a inocência do jovem, se referindo a sua situação escolar, familiar ou de trabalho. O jovem mostrar-se arrependido, chorar, levando, muitas vezes, seu familiar também chorar, parece ser entendido pelo juiz que a lição foi bem dada (Miraglia, 2005). O documentário, “Juízo” (2008) de Maria Augusta Ramos, expõe essa mesma situação ao mostrar encenações das audiências com profissionais reais no

exercício de suas atividades. Apenas os “adolescentes infratores (...) foram substituídos por jovens de três comunidades do Rio de Janeiro habituados às mesmas circunstâncias de risco social” (Juízo, 2008), uma vez que não é permitido esse tipo de exposição de jovens que estão sob a Justiça. As cenas apresentam abuso de poder por parte dos juízes, desconsideração quanto a opinião do advogado de defesa, além dessa lição narrada no artigo de Miraglia (2005).

Essa discussão sustenta um questionamento referente ao comportamento descrito acima, exemplificado na fala de G. Se minha imagem para esses garotos seria a de alguém que também iria repreendê-los e dar-lhes uma lição e, por isso, seu comentário já acompanhava uma justificativa.

7.4. Análise Categorical

As informações a serem apresentadas são resultado da análise do conteúdo das entrevistas individuais, das produções para o fanzine e discussões sobre esses, além do diário de campo. Serão discutidas a partir de três grandes categorias, divididas a partir dos resultados, sendo elas: a Juventude, a Violência e a Justiça. Trata-se, portanto, dos sentidos atribuídos pelos jovens, sujeitos da pesquisa, sobre esses três campos, interpretados como campos que fazem parte da vida deles na condição que se encontram.

Embora a faixa etária, o local de moradia e a condição judicial dos jovens aqui apresentados sejam parecidos, os discursos variaram bastante entre eles, não havendo uma imagem homogênea sobre as categorias.

7.4.1 Juventude

A descrição da vivência da adolescência/juventude por esses jovens não fogem às descrições de jovens em geral, que costumam aparecer na literatura sobre o tema. Nas falas, então, aparecem descrições como: é “fase de curtir”, sobre não poder agir da mesma forma como quando criança e se preparar para o futuro, mas, ao mesmo tempo, dizem não precisar assumir as responsabilidades de um adulto. São ideias que parecem partir de um estereótipo do “ser adolescente”.

Apesar da autopercepção passar a imagem de um “jovem comum”, muitos acham que o olhar das outras pessoas forma uma imagem diferente, muitas vezes negativa, como uma “pessoa errada”. Porém pareciam tentar transmitir o sentido de que são indiferentes a essas opiniões dos outros sobre eles. Outros jovens disseram possuir uma imagem de um jovem “normal” para a família e outras pessoas.

Não houve questões diretas sobre mudanças antes e depois de serem apreendidos ou sobre perspectivas de futuro, mas enunciados sobre esses temas apareceram espontaneamente nas falas de alguns jovens. Eles disseram querer evitar atitudes que os levem de volta para as Unidades de Internação (UI), ou seja, serem apreendidos novamente.

É importante apontar aqui, que se percebeu que o termo “apreendido” nunca é citado por eles, sendo sempre usada a palavra “preso” para se referir a sua condição no momento da apreensão e durante a passagem pelas UIs e UAI (Unidade de Atendimento Inicial) da Fundação CASA, como mostra os trechos de entrevistas a seguir.

B. Minha família me vê como uma pessoa boa, disso eu sei, mas os outros... com os outros num é a mesma coisa.

P. Mesma coisa em relação ao que?

B. Depois que eu... fiz as coisas, fui preso.

P. Nunca houve nada com polícia, então?

L. Com polícia quando fui preso.

P. Como que foi?

L. Os caras me bateram, eu respondi os caras, eles me bateram de novo, eu respondi de novo, teve hora quando cansei de apanhar, eu parei de responder.

Os relatos dos jovens mostraram uma vivência da juventude focada no interesse significativo por bens materiais, por produtos que estão distante de seu alcance financeiro, o que parece estar associado a outro interesse, o dinheiro. A imagem criada pela maioria dos relatos, com exceção de alguns, é a de jovens que gostam de gastar, ou pelo menos que gostariam de poder gastar. Esse está associado à imagem que querem ter socialmente, a imagem de alguém que chega na “favela” com dinheiro, de alguém que atrai garotas, que tem o poder de causar medo em outra pessoa (sic).

L. Antes eu achava divertido, mas agora... vi que esse negócio num vira mais não.

P. Por que você achava divertido?

L. Porque ficava vendo as pessoas com medo, as meninas gostava, ia pra favela com dinheiro.

Esses interesses aparecem como motivação para as infrações também. Outro motivo referido para roubos ou assaltos foram “necessidades”, da família ou de si próprio, suprir a falta de algo.

RA. Roubar é errado. Mas pra arrumar dinheiro é assim. Pode pegar um serviço também, mas tem que esperar conseguir um, tem que ter estudo...

Percebe-se, portanto, que a descrição direta da própria juventude passa por frases estereotipadas, sem aprofundar seus interesses. Mas falando sobre juventude de forma indireta, no decorrer das entrevistas e durante a produção de zines, foi possível ouvir mais de suas vivências e desejos e sobre o jovem que gostariam/tentam ser.

Essa projeção do que os jovens gostariam de ser e ter foi marcadamente expressa nos fanzines. Pensava-se que o cotidiano e a violência seriam mais apresentados nas produções, porém, a maioria fez sua arte expressando o consumo, o que gostariam de ter. Foi pedido para produzir páginas de fanzine que tivesse relação com a vida deles. É importante informar que, embora as pesquisas sobre o jovem em conflito com a lei discutam bastante a questão do consumo, optamos por não sugerir-la aos sujeitos da pesquisa em nenhum momento. Vê-se, portanto, que o tema se fez presente a partir da percepção deles sobre a sua vida.

Figura 1:



Nessa página de fanzine, o garoto parece mostrar os bens e estilo de vida que gostaria de ter, identificada como “vida de patrão”. Essa foi sua produção que, para ele, têm relação com sua vida.

Podemos analisar esse desejo de consumo pela questão da busca por reconhecimento de estima social. O consumo de determinados produtos gera uma imagem que socialmente possui estima e respeito. Contudo, essa imagem não propiciará uma mudança de condição social. Ou seja, os jovens em questão, que estão vestidos com produtos e marcas específicas, estariam em busca de atingir uma imagem socialmente respeitada, visto que se eles se vestirem de forma condizente com sua condição financeira, eles seriam percebidos de forma diferente. Entretanto, o fato de portar certos produtos não os leva a uma posição intersubjetiva de estima ou respeito. A sua condição social e situação de moradia objetivas, por exemplo, continuam da mesma forma, assim como a violação de seus direitos.

Dessa forma, não podemos afirmar para os jovens entrevistados que o consumo, propiciado pelo ato infracional, se traduz em uma luta por reconhecimento, uma vez que eles buscariam a estima através de uma imagem criada e não do reconhecimento por outros pares de suas propriedades e capacidades.

Poder-se-ia argumentar que as propriedades ou capacidades concretas desses garotos que mais se manifestam são os atos infracionais e dessa forma não haveria motivo para buscarem a estima social. Portanto, vale lembrar que a estima social da qual estamos falando se refere a perceber um sujeito como digno de dar e receber estima de seus pares na sociedade. A aquisição de bens leva ao status social por meio de valores que levam a uma pessoa ter a admiração ou a inveja dos outros. Deste modo, as parcelas da população com menor consumo também se ressentem de não possuir mercadorias

caras. Dessa forma, não se trata de afirmar que eles não possuem propriedades dignas de estima social, mas que nas condições concretas de vida deles, a possibilidade de ser digno de estima, em uma sociedade em que se valoriza o consumo, se tornam distantes.

Embora o ato infracional, gerador da possibilidade de consumo, não signifique uma busca por uma luta por reconhecimento, interpretamos que há uma busca por estima dentro dos grupos sociais com os quais convivem a partir de modelos mais amplos. Ou seja, há uma tentativa de se assemelhar ao padrão, possuindo certos produtos, para ser respeitado e bem quisto pelos moradores do bairro, pelos amigos, pelas garotas. As falas dos garotos para essa pesquisa, portanto, não permitem uma conclusão de que o “ter” vai gerar o “ser” na sociedade em geral. Na discussão sobre as percepções de justiça/injustiça, essa discussão será retomada através de interpretações dos fanzines.

7.4.2 Violência

A categoria “violência” foi tratada nos instrumentos de pesquisa a partir de questionamentos amplos, que não especificavam situações, nem se referiam de forma direta a conceitos, portanto, não se perguntou “o que é violência”. Consideramos que esses jovens estão diariamente envolvidos em situações de violência, seja como agente, seja como aquele que as sofre de diversas formas. A proposta, então, era a de entender de que forma esses jovens percebem essas situações de violência e como se posicionam nelas, para então, interpretar seus conceitos. Para tanto, questionou-se a respeito de ter vivenciado uma situação de violência, sobre agentes e vítimas desse tipo de situação, sobre a relação de seu ato infracional com essa discussão, sobre o que se sente quando

se está nessas condições. Dessa forma, foi possível que as falas dos jovens tivessem um conteúdo bastante diversificado.

É preciso notar que o estereotipo desses jovens costuma ser o de serem violentos (Paula, 2008; Sales, 2007; Cannetti & Maheirie, 2010; Trassi & Malvasi, 2010). Dentre os jovens que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida, nem todos praticaram algum ato de violência. Embora não tenhamos obtido informações sobre as medidas dos jovens que entrevistamos sabemos que a justiça geralmente designa essas medidas para jovens que assaltaram ou roubaram, assim como para outros que dirigiram sem ter completado dezoito anos ou sem possuir carteira de habilitação, para consumo de drogas, como também aos que saíram das UIs da Fundação Casa após passar um período internados.

7.4.2.1 Sentidos de violência e o Jovem como agente.

O espaço de vivência e convivência mais citado foi a rua. Essa aparece também como o principal espaço onde se percebe violência. Quando questionados sobre situações de violência, os primeiros relatos dos jovens foram, na maioria das vezes, situações ocorridas nas ruas entre pessoas, que não eles próprios ou suas famílias. Uma possível interpretação é de que essa percepção de se deve a forma como a violência é entendida por alguns dos entrevistados. Para esses, violência está relacionada diretamente com a agressão física. Já outros, consideravam que algumas atitudes que não envolvem agressão física podem também ser consideradas formas de violência.

A forma como dão sentido ao termo violência constituiu a autopercepção como agente e a sua relação com as outras pessoas. Muitos dos jovens não consideraram, por exemplo, seus atos infracionais como violência e a justificativa seria a de não ter havido

agressão física, ou seja, nenhum contato físico direto com a outra pessoa. Alguns desses, no decorrer da entrevista, ao se explorar mais seu relato de ato infracional, mudaram a resposta, declarando que houve violência psicológica. Outros tiveram como declaração final a negação de ato de violência. M, por exemplo, participou de assalto à mão armada e não encarou como violência, pois não houve tiro em alguma vítima. Os trechos abaixo de falas de C e de L mostram exemplos de relatos. C não considera ter sido um agente de violência, mas muda sua opinião, percebendo que pode haver violência mesmo sem agressão física.

C. Não, teve ‘agrição’(sic), não [sobre já ter causado alguma violência]. Ela só ficou com medo, mas teve nada não.

P. Ela ficou com medo de você?

C. Ficou.

P. E você, que acha disso? De ter causado medo nela?

C. Num é legal, não. Podia ser qualquer uma né, podia ser a minha mãe, mas faço isso mais não.

P. Você acha que isso foi uma violência com ela? Outra forma de violência?

C. Acho que foi, outra forma né, é violência que... [ficou apontando para a cabeça].

P. Psicológica?

C. É, foi psicológica.

Já L se coloca como um agente de violência, pois durante uma infração há a possibilidade da agressão física.

L. Já... quando eu aprontava [em relação a autoria de atos violentos].

P. Quando aprontava? E o que seria aprontar?

[Ele apenas riu].

P. Aprontar... de coisas que fazem você vir pra cá?

L. É.

P. E por que você acha que isso foi violência?

L. Porque se a pessoa não acreditar, você tem que agredir.

P. Como assim não acreditar?

L. Assim, se eu vou roubar e a pessoa num quer dá...

Praticamente a mesma quantidade de jovens apresentou outra forma de interpretar o seu ato. Embora o ato não tenha resultado em agressão física, também foi considerado por eles como uma violência. No trecho abaixo, JS considera que apontar uma arma para uma pessoa já significa uma violência.

[quanto a já ter agido com violência com outra pessoa]

JS. Já, de meter o cano.

P. Meter o cano em uma pessoa?

JS. Sim.

P. E o que você pensa sobre isso?

JS. Sobre o que?

P. De meter o cano em uma pessoa?

JS. Sei não...

Entretanto, a maior parte deles é ambígua quanto a assumirem a sua condição de agentes causadores de uma violência. Essa ambiguidade aparece, por exemplo, em fala de M, como já citado, na qual ele não relaciona o fato de ter usado uma arma com uma situação de violência. Mas se considera responsável por atos de violência no que se refere à sua família e amigos, sem necessariamente envolver agressão física. RA, por sua vez, se considera um agente de violência, mas ao justificar cita uma briga de rua em que se envolveu com outros jovens, sem mencionar um ato infracional. Ainda que tenha

dito que havia feito roubos e que “roubar é errado” (sic). Há, dessa forma, uma autopercepção como agente de violência, que não se refere ao ato infracional.

Outra questão percebida a partir desses sentidos de violência e agentes de violência é de que os jovens que se consideraram como agentes, em sua maioria, não partiram de uma referência apenas individual, utilizando como referência a opinião ou posição de outra pessoa. M, de 15 anos, se considera uma pessoa violenta, o que foi ouvido com estranheza pelo fato de que seu comportamento nos nossos vários encontros era brincalhão, sorridente e simpático, além de ter sido um dos jovens mais abertos à pesquisa, tendo apoio de seu pai para a participação, que colaborou assinando imediatamente o Termo de Consentimento. Perguntei, então, se ele achava mesmo o que havia acabado de dizer. Ele disse: “*As pessoas me veem assim e eu sou mesmo*”. Outros jovens se assumiram como responsáveis por situações de violência, mas se colocaram em um contexto em que os outros também o fazem (exemplificado abaixo pela fala de B). A fala de outros jovens também sustenta essa posição de referência ao outro, quando afirmam que qualquer pessoa pode ser um agente de violência, mesmo uma pessoa que trabalhe ou que seja religiosa (sic). Apenas dois dos entrevistados se avaliaram de forma exclusivamente individual (exemplificado pela fala de JS).

B. Eu faço um pouco, mas não sou quem faz mais [quem faz mais é a polícia e os bandidos (sic)].

JS. Me senti bem! Mas isso era quando eu era ruim!

D parece perceber sua responsabilidade a partir das consequências de seus atos para outras pessoas assim como para ele, mas esse tipo de associação não foi muito presente nas falas dos demais jovens.

D. Eu acho [quanto a já ter agido com violência com outra pessoa]

P. Por que?

D. Porque já roubei, né? Atrasei a pessoa.

P. E o que você pensa sobre isso?

D. Tem hora que me arrependo, porque me atraso também.

P. Atrasa sua vida?

D. É... você atrasa uma pessoa e depois isso atrasa você e vai piorando...

Os conceitos em torno do termo “violência” aparecem de forma bastante divergente. De qualquer modo, aparece muitas vezes de forma naturalizada no contexto vivenciado. Mas o que parece se destacar nessas falas é que eles estabelecem uma autopercepção se colocando em uma relação. Houve uma percepção das próprias ações a partir da existência de outra(s) pessoa(s) na situação. Entretanto, a compreensão dessa relação foi pouco notada.

7.4.2.2. A percepção da violência sofrida.

Foram bastante recorrentes os relatos, nos quais os jovens negam ter sofrido ou mesmo se envolvido em uma situação de violência e depois, em outros momentos da entrevista, narrar principalmente uma violência policial. Algumas vezes o relato vinha somente após uma pergunta direta sobre a questão. Visto que já havia sido percebido nas primeiras entrevistas um relato de violência policial após a negação de uma situação de violência, passou-se a questionar diretamente com perguntas como “E com polícia, já houve alguma situação?” ou “Também nunca houve situação assim com polícia, então”. Os relatos, então, se seguiam. Percebe-se, dessa forma, que apesar de alguns haverem passado por situações bastante violentas com policiais, elas não eram narradas no momento de responder a uma questão sobre a violência. O que não significa

necessariamente que eles não conseguem fazer essa associação, mas que talvez eles não percebam a agressão policial como uma violência sofrida por eles de forma imediata. Um motivo poderia ser a naturalização da situação por ser bastante frequente, principalmente na região de periferia em que vivem (de maior controle policial), levando-os a esperar que um dia aconteça com eles. Outro motivo é que a polícia seja percebida como um todo, ou como uma instituição. Os jovens se referem ‘a polícia’ e não aos policiais. Enquanto que a violência com outras pessoas, quer na rua quer nos assaltos, fosse uma relação de indivíduo para indivíduo.

Outros jovens, ao contrário desses, associam de forma imediata a violência policial, especificamente no momento em que foi apreendido, à uma violência sofrida. Entretanto, cabe ressaltar que as situações de violência narradas por esses são consideradas mais graves, envolvendo mortes e agressões mais violentas, além do “bater” e ameaçar. Dessa forma, uma possível interpretação é de que esses atos ultrapassem os limites da possível banalização da violência cometida por policiais.

Essa violência que aparece nos relatos, que ocorre diariamente em seus meios de convivência, parece ser encarada por alguns como “normal”, com certa indiferença. Outra possível interpretação é o sentimento de impotência frente a violência praticada por policiais, como será discutido mais adiante.

Z. Mataram meu amigo. Ele se entregou, jogou assim a arma, mas mataram.

P. Ele estava se entregando?

Z. Tava, jogou a arma, mas mataram. Mas eles tão matando mesmo, sabe não?

O relato de M está dentre os que responderam à questão sobre ter passado por uma situação de violência com um relato do dia em que foi apreendido.

M. Já! Quando fui preso. O meu amigo morreu quando fui preso (...) É que teve troca de tiro.

P. Vocês estava armados?

M. Só ele, eu e o outro não. E ai chegou muita policia, viatura, tudo! Nunca vi tanta junta! E nem precisava, tava ganho já. Era só nois e muita polícia, não precisava terem matado.

P. Você acha que não precisava ter ficado atirando porque vocês estavam em número bem menor que eles, é isso?

M. É.

P. E, então, nesses tiros, um bateu no seu amigo e ele morreu lá com você? Como você se sentiu com isso?

M. Achei ruim, mas nem pensei. Na hora nem pensa, só pensa em sair dali.

P. E, então, o que aconteceu depois?

M. Apanhei muito.

P. Dos policiais?

M. Sim.

P. E o que você acha disso? De ter apanhado deles?

M. Então, é isso né, na hora nem pensa em nada, só quer que acabe.

Nas conversas sobre a violência, não houve uma entrevista que não fizesse alguma referência à polícia, que foi considerada por todos os entrevistados o principal agente de violência. Muitos, porém, colocavam ao lado da polícia, na posição de principais agentes da violência, “bandidos”, que seriam pessoas que cometem crimes e contribui para o contexto que marca atualmente o local de moradia desses jovens, cuja descrição foi feita anteriormente. É importante destacar que nenhum dos jovens se apresentou como fazendo parte do grupo de “bandidos”.

A seguir há um trecho em que L faz uma pergunta rebatendo a minha, na qual já expõe o que pensa sobre a “polícia e ladrão”.

L. Tipo, de policia e ladrão? [sobre quem causa mais violência na sociedade].

P. De uma forma geral.

L. Os verme.

P. Os vermes?

L. Polícia.

A nossa inferência é a de que tanto os policiais como os “ladrões” são depreciados na primeira fala. Entretanto, ao ser mais preciso, aparentemente ele desvalorizou mais a polícia.

Entre os relatos, principalmente sobre a ação policial, há falas que demonstram uma experiência de impotência. São relatos que insistem no fato de não haver o que fazer frente ao discurso da polícia, mesmo que esse não seja verdadeiro, segundo os jovens. Não houve perguntas diretas sobre essa questão e, por isso, chamou a atenção a frequência de frases que remetem a esse sentimento de impotência. Abaixo, alguns exemplos dessas falas:

C teve o relógio quebrado por policiais ao ser abordado como suspeito de um assalto enquanto andava pela rua. Entretanto, relata que havia comprado o relógio (Diário de Campo, outubro/2012).

C. Teve uma vez que eles acharam que era eu que tinha roubado, mas nem era, eu tava só passando no lugar.

P. Dai eles te revistaram?

C. Revistaram, bateram, chutaram, mas eu fiquei dizendo que não tinha sido eu e como eles viram que não tinha nada comigo, me liberaram.

P. Por que eles te abordaram? Já te conheciam?

C. Não, sei não, acho que eu tava com roupa igual da pessoa que roubou.

P. Depois você viu se conseguiram encontrar a pessoa?

C. Não, fui logo né, saí logo (risos). E nessa vez eles pegaram meu relógio. Quebraram.

P. Os policiais? Por que?

C. Sei não... quebraram e era meu, eu tinha comprado.

Ele havia afirmado não ter passado por situação de violência ou desrespeito, então, perguntei diretamente sobre não haver considerado essa situação uma violência. Ele respondeu:

C. Mas é o de menos né

P. Como assim?

C. Acontece.

Desta forma, parece que C apresenta a situação como uma fatalidade, algo inevitável. Outro jovem narra uma situação em que não se sente capaz de contradizer um discurso policial:

P. Você acha que às vezes nós sofremos algum tipo de desrespeito, de injustiças e não percebemos, deixamos passar?

L. É que se for debater com os caras... Um exemplo, você roubou um lápis, aí os cara num gostou da sua cara e fala assim “roubou uma carga de caminhão”, você vai falar que é mentira? Você vai chegar lá “não ele está mentindo, eu roubei um lápis”, você num fala isso. É capaz dos cara te quebrar lá dentro, te soltar na rua e na hora que você virar as costas, arregaçar você.

P. E isso sempre rola?

L. Ah, sim. Se um cara falar assim pra mim, se eu tô parado na rua e um cara chegar com um revólver e dá na sua mão e falar assim: “É seu?”. Um polícia, assim, você num pode falar que não.

Essa situação se repete em outras falas. RO descreve como se sentiu após ter sido agredido por um policial:

RO. (...) Senti mal, não tinha feito nada... mas o que eles falam, tá falado, você não tem palavra com eles.

O temor de contradizer uma narrativa policial é apresentado em outra fala:

Z. Mas ai eles dizem sempre que houve troca de tiro e se na delegacia você fala a verdade, depois matam.

P. Então, você tem que falar a mesma versão da policia na delegacia.

Z. Tem que contar “a mesma mentira”.

O jovem compreende que era uma mentira a versão policial, mas que além de não acreditarem em sua versão, haveria uma violência maior. Mesmo quando questionados se há outros recursos para comprovar uma versão divergente, outro jovem narra que os policiais impossibilitam essa estratégia.

D. Por que com eles num tem vez [com a polícia]. Se me algemar, fazem o que quiser. Afastam os outros...

P. Afastam como?

D. Ameaça.

P. Mas ameaça por quê? Você sabe que as pessoas têm direito até de filmar quando o policia está pegando alguém? [Perguntei mais para ver o que ele diria].

D. Tem direito! Mas eles ameaçam se alguém filmar. Atiram pra cima. Quem vai ter coragem de ficar? Eles afastam todo mundo e fazem o querem.

Essa impotência também é sugerida por relatos que colocam o contexto de violência policial como causador de medo pelas ruas. RA, por exemplo, disse que já não fica nas ruas após a meia noite e sua mãe sempre liga para saber onde ele está.

Esses relatos levam a pensar na representação de Estado que têm esses jovens. O medo de ser morto pela polícia, caso conte sua versão de uma ocorrência, reafirma a violação de seus direitos. Conclui-se que a garantia de direitos pelo Estado está ausente, e sua presença se dá principalmente através da Polícia. A Polícia, por sua vez, possui

para esses jovens, um papel diferente do que se propõe a ser, na visão de outras parcelas da população, que habita bairros onde não há a privação de direitos básicos.

O papel da Polícia no discurso desses jovens se traduz na frase de Z, segundo o qual, “*Polícia é pra prender, não pra matar*”. Essa ideia é defendida por vários jovens. B acha que “polícia tem que prender mesmo, mas não sair matando, nem aceitando dinheiro” (sic). Essa função dos policiais, na visão dos sujeitos entrevistados, merece duas análises. A primeira é de que eles, aparentemente, não consideram errado serem apreendidos pelos seus atos. Mostram que se incomodam com o fato, mas não que é injusto. A injustiça já passa a ser sentida quando ultrapassa o ato de prender, passando a matar. Parecem considerar, portanto, que a polícia matou sem necessidade e injustamente. A segunda análise é a de que a Polícia tem como função para eles o ato de prender e não o de proteger, quando, para outras pessoas, a polícia é uma instituição para proteger.

Essa imagem que a Polícia tem para eles resulta em um sentimento de raiva, como pode ser visto claramente na fala de RO: “*O que eu penso? Polícia devia nem existir! São os piores do mundo, os que mais roubam, não respeitam nem trabalhador*”.

Comparando com as situações de violência, cujos agentes são os jovens, houve mais respostas negativas quanto à violência sofrida. Ou seja, eles se perceberam mais como agentes do que como vítimas. Além disso, a percepção da relação com o outro se faz menos presente do que quando se colocam na posição de agentes.

O que se destaca aqui é a violência policial. Essa, embora cause repulsa e sentimentos de raiva e medo, não é colocada como uma situação que precisa ser enfrentada. Talvez a sensação de impotência explique essa condição. Essa sensação de

impotência merece atenção, visto que ela se torna a representação de uma consequência da violação de direitos.

Eles entendem que a polícia e os “bandidos” são os principais agentes da violência. Contudo, parecem não se identificar com essas figuras, ainda que possam cometer delitos e agredir outras pessoas. Não aparece identificação mesmo com pessoas do crime organizado, que se encaixam para eles na nomeação de “bandidos”. Esses garotos parecem também não compreender a motivação da violência policial. Alguns acham que se deve apenas a se tornarem más pessoas ao assumir o cargo ou pelo poder que passam a ter.

7.4.3 Justiça

O terceiro grande tema a ser analisado a partir das entrevistas consiste nos sentidos atribuídos às situações identificadas como de justiça e injustiça. Especialmente os sentidos que os jovens entrevistados apresentaram sobre situações de injustiça e desrespeito. Os questionamentos não se deram de forma direta, não tentando saber se essa ou aquela situação foi de injustiça. As perguntas eram abertas para perceber a extensão da percepção de injustiça. Vale destacar que, uma vez que as perguntas sobre essa temática vinham pelo fim da entrevista, no decorrer dessa, eles já haviam relatado diversas situações em que para o referencial teórico dessa pesquisa, constituem-se situações de injustiça e violência.

Inicialmente, a pergunta era elaborada utilizando a palavra desrespeito, por na revisão teórica ter sido considerada a Teoria da Luta por Reconhecimento do Axel Honneth (2003), especificamente a discussão sobre “experiências de desrespeito”. Porém, as respostas eram sempre negativas, o que chamava a atenção devido a, como já

foi colocado, relataram experiências de desrespeito em outros momentos, geralmente envolvendo ação policial. Dessa forma, com alguns jovens, após a resposta negativa, perguntou-se diretamente sobre o relato que haviam dado antes. O jovem, então, considerava que poderia, sim, ter sido uma situação de desrespeito ou ficava confuso apenas, como é possível observar nos trechos abaixo.

Policiais abordaram JC quando estava caminhando com um amigo em direção a um shopping.

JC. Eles pararam, mandaram encostar, abrir as pernas e acharam o dinheiro e nos tiraram.

(...)

P. E você sabe por que eles abordaram vocês?

JC. Sei não. Tava passando por uma rua escura porque era o caminho do shopping e aí acharam dinheiro, mas claro né, nós tava indo pro shopping.

P. Acha que isso foi como um roubo?

JC. Não como um, foi um roubo.

Sobre ter passado por uma situação de desrespeito, ele prossegue:

JC. Não.

P. Nenhuma vez?

[Fez expressão de estar pensando, mas sem encontrar uma situação que lembre, pois balançava a cabeça negando].

JC. Ah, teve essa aí da polícia.

L relata em vários momentos da entrevista situações como agressão de policiais a si e seus amigos, inclusive uma ação de revista a uma amiga sua sem haver policial feminino, vizinho seu que foi morto e não se sabe como, além de desrespeito de policiais com sua mãe, mas respondeu que nunca sofreu desrespeito ou qualquer forma

de injustiça. Somente após ser perguntado diretamente, lembrando-o sobre todas as situações relatadas, que responde de outra forma.

P. Então... com tudo isso que aconteceu, desde terem entrado em sua casa, você não acha que foi um desrespeito, inclusive com sua mãe?

L. Ah foi, né...

P. Quando eu perguntei se...

L. ...se tinha passado por desrespeito, eu falei que não [risos].

Concluimos que, embora tenha havido situações de desrespeito quanto a direitos, não somente direcionadas aos entrevistados, mas a outras pessoas, como a garota que teria direito a ser revistada apenas na presença de policial feminina, ainda assim não há uma associação imediata entre a pergunta inicial e os relatos de desrespeito.

Decidiu-se, então, que a palavra “desrespeito” seria substituída por “injustiça”, na hipótese de que talvez o primeiro termo não estivesse sendo compreendido, mas continuou havendo respostas negativas após relatos que indicavam uma situação de injustiça.

Sobre as respostas que afirmam ter passado por uma situação de desrespeito ou injustiça, houve variações. Apenas quatro jovens responderam afirmativamente com relatos sobre injustiças que lhes ocorreram. Três desses são relatos sobre apelidos recebidos por outros jovens e novamente sobre o desrespeito e violência da polícia. Somente um (D) se referiu a uma condição pela qual passou sua família. Esse garoto contou uma situação cujo sentido reconhece como sendo uma injustiça. Ele relata a prisão de seu pai como desrespeito. Seu pai foi preso por estar comprando e fumando maconha. Pegou quinze anos de prisão, ficou seis. O pai aprendeu a cortar cabelo na prisão e quando saiu, montou um salão. Sua mãe ficou sozinha com cinco filhos e passou a trabalhar em “salão de rico” (sic) para sustentá-los. Ao que parece, na

avaliação desse jovem houve um duplo desrespeito. O pai receber uma sentença injusta em relação ao que estava fazendo e a situação da família por consequência da prisão do pai.

Outro jovem (K) afirmou ter passado por uma situação de desrespeito uma única vez. Disse que foi desrespeitado por outra pessoa que o chamou de macaco. Ainda que tenha afirmado que essa experiência tenha ocorrido uma única vez, percebemos outra situação de injustiça e desrespeito ao longo de sua entrevista. Houve um momento no qual disse que quando estava esperando pela decisão da medida socioeducativa, não houve audiência para seu caso, embora estivesse no local da audiência com seus pais. A advogada de defesa apenas lhes perguntou se preferia pegar logo uma “LA com PSC” (Liberdade Assistida associada a Prestação de Serviço à Comunidade) ou esperar pra ser julgado (sic). Ele escolheu receber a medida sem aguardar a audiência. Observa-se nesse relato que, de acordo com o jovem, o juiz lhe impôs uma medida, sem ao menos tê-lo visto, apenas com base na ocorrência. Essa situação pode ser interpretada com o auxílio da observação etnográfica da Vara Especial da Infância e Juventude (VEIJ) de Miraglia (2005). A autora relata que há casos em que se o jovem assume o ato infracional pelo qual está sendo culpado, mesmo sem ter cometido, ele consegue sair da internação provisória até no mesmo dia, recebendo uma medida de liberdade assistida. Por outro lado, caso negue a autoria, pode terminar passando mais tempo internado até a próxima audiência, na qual há a possibilidade de receber também a medida de liberdade assistida. Miraglia supõe que os jovens sejam aconselhados por promotores a admitir os atos em frente aos juízes.

Houve relatos sobre situações de desrespeito dentro das Unidades de Internação, geralmente sem ser significado como tal. Apresentam, entretanto, um sentimento de indignação, como no relato de M, que ao ser questionado sobre a temática, se refere

apenas a conflitos familiares. No relato abaixo, conversávamos sobre as medidas socioeducativas.

M. As regras lá dentro [dentro da UI] são muito errada. Os funça batem sempre. Os funça são as pessoas lá. É errado porque se eu tô preso, pra que bater, né?

P. E quando eles batem? Quando alguém faz algo?

M. Às vezes é por nada.

P. E os técnicos, sabem disso?

M. Sabem, todo mundo sabe! Mas ninguém faz nada. Os funça dizem: “pode ir lá dizer, num vai acontecer nada mesmo”. E acaba sendo pior, porque eles batem mais.

P. Você apanhou?

M. Apanhei.

(...)

M. Tem que tirar a roupa pra fazer visita...

P. Tirar a roupa? Quem vai na UI visitar tem que tirar a roupa? Não é só revistar?

M. É não, podia ser revistado só, né? Mas tem que tirar a roupa pra entrar. Essas pessoas que ficam falando que é pra ser preso num sabem o que é que sofrimento [se referindo às pessoas que defendem que esses jovens sejam internados].

Esse sentimento de indignação também foi apresentado por outros jovens com alguma situação ocorrida com outras pessoas, sob termos como “gente inocente” e “trabalhador”. Os relatos também não foram sentidos no momento da entrevista como “desrespeito” ou “injustiça”. O relato de L mostra essa indignação, podendo ser percebido um sentimento de injustiça.

L. Teve uns caras que morreram lá na minha rua, ninguém sabe, três!

P. Como assim ninguém sabe?

L. Ninguém sabe quem matou. Foi umas 8 horas da noite. 23 tiro em um só e no outro foi 17.

P. Você sabe quem eram?

L. Sei, eram meus amigos.

P. Eram menores de 18 anos?

L. Não, era maior. Os moleque eram trabalhador, fazia nem duas semanas que tinha tirado a moto dele, mo feliz. Tava ele e o amigo dele, em cima da moto dele.

P. Você sabe por que mataram?

L. Num sei... Ninguém sabe por quê.

P. Mas você faz ideia?

L. Não, porque os moleque num roubavam! Só fumavam maconha, mas de resto, trabalhavam. Nunca tinham sido preso.

Já RO se indigna com a polícia, cuja atuação é marcada, para ele, por atitudes que desrespeitam as pessoas.

RO. Os que mais roubam, não respeita nem trabalhador!

Outra forma de investigar a percepção de injustiça/desrespeito foi através de uma pergunta sobre diferenças entre o entrevistado e outros jovens. Ao inserir na entrevista essa questão, pretendia ver se as diferenças de classe apareceriam nas falas sem que eu precisasse perguntar de forma explícita. Partindo da hipótese de serem jovens de baixa renda, visava obter informações sobre uma possível comparação de si com jovens de maior poder de consumo e reconhecimento social e, dessa forma, sobre sentimentos de injustiça. Apenas dois jovens mostraram sentir uma diferença quanto às suas possibilidades de vivências.

Quando se compara a outros jovens, B se sente em desvantagem em relação aos garotos que condição financeira superior à sua.

B: Tem os jovem médio, de média...

P. De classe média?

B. É... pra eles é mais fácil, tem grana certa. Nós tem que ir atrás.

K responde prontamente à questão da diferença entre ele e outros jovens de forma afirmativa por achar que as vivências mostradas em programas de televisão não correspondem à sua.

K. É diferente!!

P. diferente no que?

K. Ah... é diferente, é real, num é como nos filmes, na tv, num é fantasiada.

P. A adolescência da tv, tipo, da Malhação, é fantasiada?

K. É sim...

P. Por quê?

K. Ah... Não é real, não é assim.

P. Você considera que sua adolescência, então, que é real?

K. É!

[K não soube explicar por que pensa assim].

Outro garoto apresentou diferença entre si e outros, mas de forma contrária a esses outros dois jovens citados anteriormente, pois embora more em uma “favela” (sic), sente que tem melhores condições do que outros da mesma “favela”, não citando jovens de outros bairros.

G. Tem moleque que teve infância sofrida, passou necessidade.

P. E como você não foi assim, então.

G. Não, eu não passei necessidade.

P. Você acha que quem teve uma infância sofrida tem uma adolescência diferente da sua?

G. Tem.

P. Por que?

G. Os outros entendem mais as coisas, tem uma visão diferente, entende mais.

O desejo de consumo é um dos fatores motivacionais para as infrações de acordo com pesquisas (Spósito, Tommasi & Moreno, 2009) e as próprias informações colhidas nessa pesquisa. Contudo, tínhamos como hipótese que a impossibilidade da realização do desejo de consumo poderia aparecer como uma representação da diferença entre estes jovens e outros mais ricos. Essa suposição não foi confirmada na maioria das entrevistas, pois os entrevistados só se comparavam a jovens do mesmo bairro e condição social.

Embora as diferenças sentidas em relação a outras classes sociais não tenham sido muito declaradas nas entrevistas, elas foram expressamente presentes nos fanzines. Como já apontamos, o consumo foi o principal tema das produções, que se deram a partir do tema geral, sendo esse sobre o cotidiano deles. Nas representações sobre o que querem ser e ter, é possível perceber que eles não veem como uma realidade possível ou próxima a aquisição dos bens de consumo, principalmente carros e casas, expostos através das colagens. M, inclusive, fez o comentário de que seus desejos de consumo são “só para ricos” (sic). Até mesmo o estilo de vida desejado pela maioria da população, independente da classe social, foi significado como vida de “patrão”, ou seja, pessoas que para eles têm poder, uma emprego que paga bem e bens de consumo. No trecho abaixo, referente a um momento descontraído durante a produção dos fanzines, a possibilidade de ser “patrão” se transforma em motivo de risos entre eles.

RO: “Claro que eu quero né, é um carro, quem não quer?? Melhor que ficar apertado no buzão”.

Eu: E quando você acha que vai ter isso tudo?

RO: (risos) Daqui a 5 anos? (risos). Sei não.

Eu: Como você acha que pode conseguir isso?

RO: Com trabalho, né? Pra dá uma de patrão (risos).

K: Mas você pode ser o patrão também.

RO: Patrão? [todos riram bastante]. É... eu quero viver como patrão.

K: Só se for viver como patrão e ser funcionário. [Todos riram novamente].

(Diário de Campo, 26/09/2012)

Atingir um status mais elevado, portanto, parece uma impossibilidade. O estudo também apareceu nas colagens ou apenas nas conversas durante as produções. Sua representação foi a de um caminho para se adquirir os bens de consumo, de dinheiro. Uma das colagens, entretanto, reforçou a distância que esse planejamento de vida apresenta para eles, como mostra o trecho abaixo. A conversa também se deu informalmente durante o grupo.

K: Sem o dinheiro num ia ter gente sem dinheiro e num ia ter roubo, num ia ter policia, num ia ter morte.

[Novamente faz referência ao “sistema” causador de todos esses problemas relatados em sua produção: mortes, roubo, crimes.

Na outra página, começa fazendo uma sequencia de planos. Assim como os demais, quer uma casa luxuosa, porém já descreve como isso seria possível: através de uma faculdade e de conquistas – representadas por um troféu. Entretanto, abaixo, escreve uma frase que nega a possibilidade real desses planos].

Eu: Mas o que você quer dizer com isso?

K: É que aqui eu num coloquei essa casa, sobre a faculdade... né?

Eu: sim.

K: Mas pode ser que não.

Eu: Que não o que? Conseguir as coisas que você quer depois de fazer um curso?

K: É. Num é assim, a pessoa sonha, mas...

Eu: Você não acha isso possível?

K: Acho, mas nem sempre é. Num é sempre assim.

Eu: Você tá dizendo, então, que mesmo fazendo cursos e tal, a pessoa, não necessariamente vai ter o quer?

K: É.

(Diário de campo, 26/09/2012).

Figura 2:



Nessa conversa, K explicita que para jovens como ele, com baixa condição financeira, há mais dificuldade em obter uma formação através de estudos.

Embora diferenças quanto a acesso a serviços e outros produtos tenham aparecido pouco nas entrevistas e não tenha sido manifestada nos fanzines, se presenciou uma situação na sala de espera do SMSE I, que fez essa diferença ser evidenciada:

Havia alguns garotos usando a internet, que fica disponível em três computadores. Um deles estava no seu facebook e outros estavam ao seu redor. Um perguntou ao outro: “Você já tem facebook?”. A resposta foi: “Já!”. Chamou-me a atenção o uso do “já”, como se fosse algo recente ou que não fosse amplamente utilizado da forma como é por outras pessoas. Acho que adolescentes de outras classes sociais não usariam essa expressão por ser algo muito comum e o estranho é não ter um perfil nessa rede social. Esses mesmos garotos ficaram tentando ligar o outro computador e um disse que não sabia usar a internet, que fez apenas um curso básico de informática, mas não sabia como entrava na internet. (Diário de Campo, 28/08/2012).

Nota-se que esses discursos parecem se concentrar nos espaços de vivências desses jovens, ou seja, nas proximidades de onde residem e de onde se localiza o SMSE. Apenas um desses jovens entrevistados relatou trabalhar em uma região mais distante. Dessa forma, as comparações que fizeram foram, principalmente, usando outros jovens da mesma região como referência. O mesmo parece ocorrer nas concepções de situações de violência discutidas anteriormente, nas quais se observa que a percepção deles sobre suas vivências se limitam ao espaço em que essas ocorrem. Eles não pareceram se posicionar a nível de país, por exemplo, ou mesmo de cidade, mas apenas a nível do que está próximo a eles.

Por fim, se buscou analisar a percepção de justiça através dos sentidos atribuídos às medidas socioeducativas. Em relação à medida de liberdade assistida, os comentários variaram bastante entre cada um. Os sentidos mais presentes estiveram relacionados à ideia da liberdade assistida como um espaço para conversar e refletir. Como L, que disse sobre o espaço em que cumpre a medida: “Aqui é da hora, trocar umas ideias assim, esfria a cabeça”. Mas alguns demonstraram indiferença quanto ao cumprimento, sem se colocar contra ou a favor, dizem que é “fácil” e “tranquilo” cumprirem as regras das medidas. Porém, os mesmos às vezes não cumprem essas regras, por exemplo, faltam a alguns atendimentos. Eles entendem a medida como uma consequência dos seus atos uma vez que consideram que tinham uma noção clara do que estavam fazendo era “errado”. Z, por exemplo, diz que acha o cumprimento da medida “tranquilo”, pois seus atos poderiam causar-lhe um destino pior. Ele disse que “esperava tudo, morrer também” (sic). Já G utiliza a expressão “segurar o refrão” para indicar que é preciso assumir as consequências dos próprios atos. A fala desse garoto também nos leva a inferência de que o cumprimento de medida faz parte de sua vivência diária, uma vez que amigos seus já passaram por essa condição.

G. Se eu fui, eu sabia o que tava fazendo. Tem que segurar o refrão.

P. Já imaginava que poderia acontecer?

G. Já.

P. Tinha amigos que cumpriam medidas já?

G. Tinha.

P. Tem receio de um dia pegar outra?

G. Tenho não.

Apenas um disse que estar cumprindo a decisão judicial atrapalhou a obtenção de um emprego e outro disse que era a uma solução adequada para os “*moleques que só roubam*” (sic).

Já os comentários sobre a medida de internação indicam que o isolamento é sentido de forma significativa. As falas tratam principalmente da distância da família e de pessoas que gostam, assim como do desejo de não voltar para uma UI. Comparando aos discursos sobre a LA, essa parece ser sentida e vivida de forma mais amena, tornando-se mais aceita. A internação, por sua vez, é expressamente rejeitada e um dos motivos parece ser a família e a falta da convivência social, como expressam M e B:

M. Achei ruim, foi ruim ficar longe de todo mundo. 42 dias é um ano lá dentro! Teve gente ficando doido.

B. Ficar lá dentro é ruim [em medida de internação], fica sem a família, sem ver ninguém. LA é mais tranquilo, fica com a família.

Não é de surpreender que a Medida de Internação seja tão rejeitada, mas o fato de a Medida de Liberdade Assistida ser aceita de forma mais fácil e não apresentar, para eles, um caráter negativo, deve ser um motivo para repensar a designação da forma de cumprimento de medidas socioeducativas. Uma medida aberta parece propiciar maior possibilidade de atuação junto ao jovem, pois esse pode se tornar mais acessível devido a menor rejeição à medida e maior proximidade da comunidade de origem. Vale destacar, contudo, o fato de que é comum nas atividades promovidas pelos SMSEs haver pouca adesão e participação dos jovens. A oficina de vídeo do SMSE II contava com apenas 4 jovens e muitas vezes apenas 3 compareciam. Funcionários de um Serviço de MSE/MA me alertaram para esse fator:

Dentre as atividades do Serviço, costumam organizar shows de hip-hop e peças de teatro, mas nunca conseguem participação de muitos jovens, o que não parece ser um impasse para que desenvolvam as atividades. Por isso acham difícil que eu consiga formar grupos com bastante jovens. (Diário de Campo, 26/03/2012).

A fraca adesão, entretanto, não deve ser realmente posta como motivo para rejeitar o argumento anterior, mas deve servir para reforçar a ideia de que é necessária a discussão sobre a atenção destinada às medidas em meio aberto. Essa atenção se refere tanto ao investimento nessas, como à atuação, a qual geralmente fica prejudicada devido a, por exemplo, haver uma quantidade de jovens maior do que a adequada, destinados à responsabilidade de um mesmo profissional, levando a não ser possível dedicar a atenção necessária a um jovem. Um comentário de uma técnica em uma conversa informal sustenta essa afirmação.

Na saída desse “MSE”, fui conversando no trem sobre o trabalho nessa área. Entre as conversas, ela disse que quando começou a trabalhar no Serviço, tinha várias ideias para atividades, mas depois viu que o tempo quase não era suficiente para atender todos os jovens de quem ela é a técnica responsável e ainda fazer todos os relatórios. Era isso que eu pensava quando trabalhava nesse tipo de serviço. (Diário de Campo, 17/09/2012).

Pesquisas em torno da temática das medidas socioeducativas também indicam a falta de recursos materiais e humanos nas medidas de LA (Sposito, Tommasi & Moreno, 2009).

Ainda sobre a discussão das medidas socioeducativas, dois jovens apresentaram opiniões críticas sobre as medidas, conforme o sentido que elas têm para eles. Para K as

medidas servem mais para ocupar os jovens e que para serem mais eficientes, deveriam trabalhar mais as questões pessoais de cada um e promover atividades que discutam questões sociais ou o “sistema” (sic) de acordo com o qual a sociedade funciona. Ele considera que esse tipo de trabalho com os jovens pode gerar mudanças nas ações desses.

K. É sossegado, é mais pra ocupar a mente, né? Mas poderia ser diferente, sim. (...) Tinha que ter uma ajuda pra o mudar o pensamento (...). Ah, num sei, deveria ter algo pra falar mais sobre as coisas pessoais.

A Medida de Prestação de Serviços é vista por Z também como uma mera ocupação de tempo. Ele acha que uma das soluções para que possa haver mudanças nas ações dos jovens é a geração de emprego para esses.

Z. Essa prestação de serviço... seria melhor dá um emprego, recebendo, senão eles fazem o serviço aqui, de graça e quando acabar, era só pra ocupar tempo mesmo, eles voltam a roubar. Com um emprego, a motivação pra roubar seria menor.

Esse dois jovens (K e Z) foram os únicos a fazer referências diretas à falta de recursos das regiões onde moram como possível motivação para os atos infracionais ou mesmo delitos dos adultos. Eles pareceram apresentar uma percepção mais crítica do que os demais jovens participantes da pesquisa e terem ido além de acontecimentos circunstanciais, percebendo um todo social. K considera que o que ele chama de “sistema” rege as relações sociais, como explica na sua fala abaixo:

K. O sistema [Sobre quem causa mais violência na sociedade].

P. Que sistema?

K. Ah, o sistema do mundo. O sistema faz as pessoas serem assim.

P. E quem costuma agir com mais violência devido a esse sistema?

K. Os políticos, que são corruptos, a polícia, os bandidos.

P. Você acha que a polícia quando é violenta, é porque ela é influenciada pelo sistema?

K.Sim.

P. E os políticos? De que forma são violentos?

K. Com nois. Roubando.

P. Quando eles roubam, eles nos violentam?

K. É.

E continua explicando seu ponto de vista sobre as ações das pessoas causadas pela forma como funciona o “sistema”:

K. Mas a maioria, eu acho, faz sem... sem saber... sem, como diz?

P. Inconsciente?

K. É, faz inconsciente!

P. Elas agem de forma violenta, mas nem percebem?

K. Acho que a maioria não. (...) É que as pessoas às vezes precisam fazer as coisas né, tem uns que precisam comprar comida pra casa, precisa pagar alguma coisa e ai vai fazer como? Isso é o sistema.

Para Z a organização da periferia, geração de emprego e acesso a serviços contribuiria para diminuir a ocorrência de atos infracionais.

Z. Emprego na periferia também... Olha, se tivesse mais coisa na periferia, mais organização, se a periferia fosse mais organizada – fazendo gesto, formando um círculo com a mão – ia ter menos crime.

P. Você acha que se houvesse mais emprego, iriam fazer as pessoas não roubarem?

Z. Ia!

P. Mas e as pessoas que recebem muito pouco?

Z. Não, mas... olha essa prestação de serviço que vou fazer... é trabalhar de graça! Preso acaba trabalhando, mas de graça! Se ganhasse mesmo que pouco, a criminalidade ia baixar.

A percepção de injustiça não aparece de forma explícita na maioria das falas, ou seja, em associação imediata de situações de injustiça com a pergunta feita. Além disso, eles negaram ter passado por situações de injustiça/desrespeito de forma mais frequente do que negaram situações de violência. Infere-se que uma injustiça sofrida não é plenamente compreendida por eles. Contudo, há um sentimento de indignação, que não é declarado por eles, mas é demonstrado pelas falas.

A apreensão deles, por outro lado, foi compreendida como um ato justo. Já as diferenças de classe e poder de consumo parecem fazer parte de suas conversas informais sem serem significadas explicitamente como injustiça, mas naturalizadas no cotidiano deles. Não parece ser motivo de indignação para a maioria, mas apenas como motivo para rir, para fazer brincadeiras. Apenas K, que por várias vezes apresentou considerações críticas, pareceu compreender a injustiça que marca as relações sociais. Consideramos, por fim, que não há uma atribuição de sentido direto à justiça e injustiça, mas que a percepção dessa está presente através da indignação.

8. Considerações Finais

Para fazer nossas considerações finais, inicialmente o referencial teórico será brevemente retomado. Os sentidos mais significativos das análises serão, então, apresentados. E em seguida, discutiremos nossas conclusões.

Na sociedade brasileira contemporânea o consumo se apresenta como uma forma ilusória de status social. O poder de consumo por si, entretanto, não garante um aumento de reconhecimento. As classes menos favorecidas não mudam a sua condição apenas por consumirem mais.

Nos seus discursos os jovens demonstram um entendimento de que a imagem que tentam apresentar é percebida por eles como ilusória. Sabem que os produtos que adquirem, seja por compra ou por furtos ou por roubos, consistem apenas em “imagem” (sic). Os risos durante a produção de fanzines, quando falavam em ser “como patrão”, demonstram que o “parecer ser” não é ser realmente. Interpretamos que eles se referem ao que faz parte da vida da figura de “patrão”. O patrão é caracterizado como sendo “bem sucedido”, quanto a dispor de poder, tanto de consumo como de respeito. Entendemos que as infrações cometidas são motivadas por consumismo e também por busca da estima dentro de grupos de pessoas do círculo de relações e da vizinhança dos jovens.

A busca por estima que estamos interpretando aparece como valorização de uma imagem ou percepção no lugar das suas capacidades e propriedades concretas. Há nesse contexto uma tentativa de reconhecimento de estima, principalmente através do consumo.

As infrações são utilizadas para formar a representação social como de pessoas “perigosas”. Essa relação, veiculada principalmente pela imprensa, justifica o controle policial mais intenso sobre os jovens de periferia. Os jovens entrevistados entendem que a polícia, “serve para prender” (sic). Por conseguinte, a discricionariedade da polícia serve para proporcionar a sensação de segurança em outras pessoas. Os atos infracionais, ilegais, criminosos e diversas formas de violência são cometidos por pessoas de todas as classes sociais, mas os jovens pobres servem de referência para gerar um clima de medo devido ao suposto aumento da ameaça da violência. Essa injustiça é favorecida pela situação de vulnerabilidade não só econômica como também social em que esses garotos estão inseridos. Os membros das classes mais favorecidas têm duas ações. Eles se fecham em seus espaços considerados seguros e privados e fazem entender que estão apenas usufruindo de seus direitos. Concordamos, então, com a afirmação de Adorno e Lamin (2008) de que essa dramatização da violência “está a dizer algo além do mero crime”.

Diante disso, colocamos nossa questão de pesquisa. Por que, então, saber os sentidos atribuídos por esses jovens à juventude, à violência e à justiça? Compreendemos que o contexto de vida desses jovens é atravessado por essas categorias. Sendo assim, considera-se que ao se discutir a partir delas, é possível ver em que nível os garotos apresentam uma compreensão das condições sociais vividas. O motivo pelo qual essa seria uma questão para ser discutida reside em que a problemática do “jovem em conflito com a lei” não se refere somente a um caráter econômico da não redistribuição, mas também de não reconhecimento.

Conhecer a forma como percebem as condições que o cercam, através dessas categorias de análise, possibilita analisar se as relações de não reconhecimento e não redistribuição de bens materiais e simbólicos perpassam os sentidos atribuídos às

categorias. Desse modo, expomos nossas considerações finais sobre a análise do material da pesquisa.

Interpretamos que os sentidos atribuídos à vivência da própria juventude ficaram marcados pelo que gostariam de ser e ter. O que possuem e o que são podem ser considerados como buscas por estima e honra no grupo. Essas informações iniciaram as considerações finais para apontar o modo como contribuem para a imagem social que deles é veiculada.

Os sentidos em torno no termo “violência”, por sua vez, foram bastante diversificados. Para alguns, violência significou diretamente uma agressão física. O ato infracional apareceu nas falas desses como não sendo uma violência por não ter havido agressão física; sendo violência por ter havido agressão física e, por fim, não significando inicialmente como violência, passando a afirmá-lo enquanto tal por concluir que para haver violência não precisa haver agressão física. Também houve jovens para quem um ato para ser uma violência, não precisa haver agressão.

A autopercepção deles como agentes em um contexto de violência foi, majoritariamente, a de agressores. Contudo, essa afirmação não se refere somente aos atos infracionais, ou seja, eles se percebem como agressores seja pelo ato infracional, seja por qualquer outro conflito (familiar, na escola, entre amigos). Essa auto percepção como agente em contexto de violência se deu a partir da percepção de outras pessoas ou do que fizeram a elas. As referências à percepção das próprias ações, portanto, ocorreu partindo da existência de outro. A compreensão dessa relação, porém, foi pouco notada.

Em relação à violência sofrida, a causada pela ação policial foi a mais expressiva nas falas. Os principais agentes de violência foram identificados como a polícia e os “bandidos”. Como foi dito nas análises, interpretamos que eles não se colocaram no

grupo que denominam de “bandidos”. Houve mais referências à autopercepção como agentes do que como vítimas. Diante desse contexto, sobressaiu a sensação de impotência. Essa aparece não apenas como uma forma de não se sentir capaz de enfrentar, mas pelo entendimento de que essa capacidade está além de sua realidade. Eles sabem dos seus direitos em relação à atuação policial, como descrito em suas falas, sobre poderem filmar a ação policial, falarem a sua versão dos fatos e terem a sua integridade física garantida. Porém não veem possibilidade de utilizá-los em sua defesa. Eles não se referem à motivação da ação policial que fere os seus direitos.

A percepção de justiça e de injustiça, assim como de desrespeito variaram. A maioria não apresentou uma relação explícita entre seus relatos e uma situação de desrespeito. A análise desta pesquisa identificou situações que foram narradas como sendo de injustiça. Entretanto, houve marcadamente referências a sentimentos de indignação com a justiça. Acreditam que sua condição gera uma dificuldade de conseguir continuar os estudos. Alguns deles identificam que se pudessem estudar teriam como adquirir capital. Essa dificuldade não foi narrada por nenhum dos entrevistados com o sentimento de indignação.

Podemos dizer que há um entendimento de que a violência policial constitui uma violação de seus direitos. Além dos direitos já descritos podemos destacar a percepção do direito de não ser morto e de não ser abordado sem motivo aparente. Não parece haver, entretanto, uma compreensão do motivo pelo qual esses direitos são violados. Essa ausência de uma compreensão da situação pode ser uma explicação para a impotência diante da ação policial. Ainda que essa violência da polícia cause um sentimento de raiva e humilhação nos jovens, eles não manifestaram intenção de agir para mudar essas violações.

Essa violência, que atinge a integridade, também causa o sentimento de indignação, assim como as situações de injustiça relatadas. Quanto a essas últimas, consideramos que não há uma menção à percepção em termos cognitivos das condições de injustiça, seja nas relações jurídicas às quais estão submetidos, seja nas vivências do cotidiano. Entretanto, a presença do sentimento de indignação mostra que não há uma total naturalização e passividade por parte desses jovens em relação às situações de desrespeito. Esse sentimento marca as relações de não reconhecimento.

No caso das relações de não redistribuição, essas foram pouco aparentes nas falas das entrevistas, se mostrando mais notáveis nas conversas informais durante as produções de fanzines. Essas falas não parecem possuir o sentimento de indignação, mas de naturalização das diferenças de renda e possibilidades de planejamento de futuro. O mesmo acontece com o desejo de consumo e de poder.

Como podemos ver na análise, não houve um sentido único para juventude, violência e justiça. Contudo, alguns sentidos parecem os mais significativos para cada uma das três categorias. Em relação à juventude se destacam as falas sobre o desejo pelo estilo de vida do patrão, que não apenas significam um desejo pelo consumo em si, mas uma busca por uma determinada imagem social, que aparentemente gera respeito. Quanto à violência policial, sobressai a impotência sentida pelos garotos. Por fim, a análise da justiça destaca o fato de ter sido muito pouco presente a representação da associação entre uma situação de desrespeito e de injustiça. Por outro lado, eles narram essas situações com o um sentimento de indignação.

Consideramos ainda que essas informações podem contribuir na forma de planejamento das práticas junto a esses jovens. Avaliamos que um trabalho voltado para

uma compreensão crítica por parte deles pode possibilitar a percepção das relações nas quais estão inseridos.

Não se pode ignorar que um trabalho voltado para a compreensão crítica por parte dos jovens, dentro das medidas socioeducativas encontra dificuldades. A ação do judiciário consiste em reproduzir estereótipo e contribuir para experiências de desrespeito. Nas medidas em meio aberto, os recursos se mostram insuficientes. A escolarização e mercado de trabalho muitas vezes se tornam o foco, representando o interesse dos juízes. Por lado, muitos técnicos das medidas em meio aberto tentam promover uma atenção diferenciada. Eles se importam com a vida dos garotos para além da escolarização e obtenção de emprego, além de tentar desenvolver discussões em grupos sobre o contexto de vida deles.

Uma possível forma de tentar criar um espaço crítico, poderia ser na forma de associação com movimentos sociais periféricos, principalmente relacionado a cultura. Atualmente, movimentos relacionados a chamada “cultura periférica”, por exemplo, têm se fortalecido, ganhando espaço para fora das periferias. Alguns Serviços de MSE já procuram esse viés de atuação.

A partir do que foi exposto, gostaríamos de destacar uma questão que surgiu após a pesquisa. Questiona-se se existe e como se dá o conhecimento e envolvimento dos jovens em cumprimento de medidas em meio aberto com os movimentos sociais e culturais da região em que residem. Essa pergunta é motivada tanto pelas considerações finais dessa pesquisa como pela frágil adesão desses às atividades relacionadas a cultura.

9. Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. N. 5/6, p. 25-36. 1997.

ADORNO, S. Crianças e Adolescentes e a violência urbana. Disponível em <www.nevusp.org> Acesso em dez/2012.

ADORNO, S.; LAMIN, C.; Medo, violência e insegurança. In LIMA, R. S.; PAULA, L. de. (orgs.). *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Contexto. 2008. P. 151-172.

ALVAREZ, M. C. Violência institucional contra crianças e adolescentes no Brasil: Breve percurso histórico. In WESTPHAL, M. F.; BYDLOVSKI, C. R. (eds.). *Violência e Juventude*. São Paulo. HUCITEC. 2010. P. 266-280.

ALVAREZ, M. C.; SCHRITZMEYER A. L. P.; SALLA, F. A. Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do Complexo do Tatuapé. In 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. São Paulo. 2010. *Paper...* São Paulo, 2010.

ARAÚJO, C.M.; OLIVEIRA, M.C.S.L. Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. *Educação em Revista*. V. 26, n. 03, p. 169-194. Dez. 2010.

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Caderno CEDES*. V. 24, n. 62, p. 26-43. Abril. 2004

BOMBARDI, V. *A rebelião do dia-a-dia: uma leitura sobre adolescentes autores de atos infracionais*. 2008. 342f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: CMDCA, 2009. P. 211.

BRETAN, M. E. *Os múltiplos olhares sobre o adolescente e o ato infracional: Análises e reflexões sobre teses e dissertações da USP e da PUC/SP (1990 – 2006)*. 2008. 223f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

CANETTI, A. L.; MAHEIRIE, K. Juventudes e Violências: Implicações éticas e políticas. *Revista de Psicologia*. v. 22, n. 3, p. 573-590. Set./Dez. 2010

CARDIA, N. Jovens, violência fatal, superposição de carências e mercado de trabalho. Disponível em <www.nevusp.org> Acesso em dez/2012.

CASTRO, A. L. S.; GUARESCHI, P. Da privação da dignidade social à Privação da liberdade individual. *Psicologia & Sociedade*. V. 20, N. 02. P. 200-207. 2008.

CHAVES, R. A.; RABINOVICH, E. P. Voz da poesia, vozes do poeta: um jovem em conflito com a lei. *Temas em Psicologia*. V. 18, n. 1. P. 243 – 254. 2010.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO M. L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? Imagens sobre a juventude. *Revista de Estudos sobre Juventud*. V. 09, n. 22. P. 338-355. Jan-Jun/2005.

CRUZ, A. V. *O adolescente em conflito com a lei e a escola: Criminalização e inclusão perversa*. 2010. 301f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Rio Grande do Norte. Natal. 2010.

ESPÍNDULA, D. H. P.; SANTOS, M. F. S. Representações da adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em Estudo*. V. 09, n. 03, p. 357-367. Set/dez. 2004.

FERREIRA, M. D. M. Juventude, violência e políticas públicas: entre o direito e a injustiça institucionalizada. *In* JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PÚBLICAS, 2, 2005, Maranhão. *Resumos...* Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2005.

FERREZ. Quem não pode falar escreve. Disponível em <www.estadao.com.br> Acesso em jan/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO *on line*. Dois morrem em tiroteio com a PM; chega a 15 o nº de mortos em SP. Disponível em <www1.folha.uol.com.br> Acesso em fev/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO *on nine*. Primeira chacina do ano em SP deixa cinco mortos. Disponível em <www1.folha.uol.com.br> Acesso em jan/2013.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*. N. 70. 2007. P. 101-138.

FUNDAÇÃO CASA. Disponível em <www.fundacaocasa.sp.gov.br>. Acesso em Jan/2012.

GUIMARÃES, E. *Fanzine*. Brasópolis: Editora Nona Arte, 2000.

HILSDORF, M. L. S; PERES, F. A. estudos históricos sobre a juventude: estado da arte. *In* SPOSITO, M. P. (org.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM. 2009. P. 213-234.

HIRAO, S.E. Ser jovem na Cidade Tiradentes: Um estudo exploratório. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

HONNETH, A. *Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, A. Reconhecimento ou redistribuição: A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In. SOUZA, J.; MATTOS, P. (orgs.). *Teoria Crítica do século XXI*. São Paulo: Annablume. 2007.

KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo, Editora 34, 2009.

LARANJEIRA, C. A. A análise psicossocial do jovem delinquente: uma revisão da literatura. *Psicologia em Estudo*. v. 12, n. 2, p. 221-227. Maio/ago. 2007.

LEITE, I. C. Cidadanias desiguais e reprodução das desigualdades na contemporaneidade capitalista. *Textos & Contextos*. v. 10, n. 2, p. 288-301. ago./dez. 2011.

MALVASI, P. A. Entre a Frieza, o Cálculo e a “Vida Loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde Soc*. v.20, n.1, p.156-170. 2011.

MARCUSE, H. *Cultura e Sociedade* (vol. I). São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997.

MATTOS, P. (2004). O Reconhecimento, entre a justiça e a identidade. *Lua Nova*. N. 63. 2004. P. 143-161.

MEDONÇA, R.F. Dimensão intersubjetiva da auto realização: Em defesa da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 24, n.70. 2009. P. 143-187.

MIRAGLIA, P. Aprendendo a lição: Uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. *Novos Estudos*. N. 72, p. 79-98. Jul.2005.

MULLER, F. et al. Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas futuras. *Revista Brasileira Adolescências e Conflitualidade*. V. 1 – nº 1. P. 70-87. 2009.

MUNICÍPIO EM MAPAS: Série Temática. Disponível em <www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/> Acesso em fevereiro/2013

PAULA, L. de. Encarceramento de adolescentes: o caso FEBEM. In LIMA, R. S.; PAULA, L. de. (orgs.). *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Contexto. 2008. P. 31-40.

PERALVA, A.T. O jovem como modelo cultural. In FÁVERO, O. et al (orgs.) *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd. 2007. P. 13-28.

PINTO, C.R.J. Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. *Lua Nova*. N. 74. 2008. P. 35-58.

PORTAL ANDI. Clipping de Notícias. Disponível em <www.andi.org.br> Acesso em jan/2013.

PORTAL RAP NACIONAL. Luto: Rapper Daniel Gabu do Rosana é assassinado. Disponível em <www.rapnacional.com.br> Acesso em out/2012.

RAMOS, M. A.; TRINDADE, D. *Juízo*. [filme-vídeo]. Direção de Maria Augusta Ramos, produção de Diler Trindade. Brasil, 2007. 90 min. Cor. 35mm.

REGUILLO, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. In FÁVERO, O. et al (orgs.) *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd. 2007. P. 47-72.

ROSÁRIO, Â. B. O mundo do crime: Possibilidade de intervenção a adolescentes em conflito com a lei. *Mental*. Ano 2. N. 2. P. 99-111. Jun. 2004.

SALES, M. A. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez. 2007.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Disponível em <www.sedh.gov.br/clientes/sedh/spdca/sinase> Acesso em Jan/2012.

SOUZA, J. *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.

SPAGNOL, A. S. Jovens delinquentes paulistanos. *Tempo Social*. V.17, n. 2. Nov. 2005. P. 275-299.

SPOSITO, M. P.; DE TOMMASI, L.; MORENO, G. G. Adolescentes em processo de exclusão social. In SPOSITO, M. P. (org.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM. 2009. P. 127-178.

SPOSITO, M.P. A pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). In SPOSITO, M. P. (org.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM. 2009. P. 17-56.

TRASSI, M.L.; MALVASI, P.A. *Violentamente pacíficos*. Desconstruindo a associação entre juventude e violência. São Paulo: Cortez. 2010.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2011: Os jovens do Brasil*. Disponível em <www.mapadaviolencia.org.br> Acesso em agosto/2012.

WESTPHAL, M. F; LICO, F. M. C. Os jovens no contexto das políticas públicas. In WESTPHAL, M. F.; BYDLOVSKI, C. R. (eds). *Violência e Juventude*. São Paulo: HUCITEC. 2010. P. 25-39.

10. Anexos

Anexo 1: Roteiro para entrevista

1- *Dados gerais: idade, escolaridade.*

2- *Juventude:*

2.1- Como você descreve seu estágio de vida de uma forma geral?

2.2- Você acha que sua vida / sua forma de viver a juventude é igual a de outras pessoas de sua idade? No que é diferente e no que é semelhante?

2.3- Como você acha que as pessoas (comunidade, escola, família) o vêem? O que você pensa sobre essas imagens?

3- *Contexto social:*

3.1- Você já vivenciou uma cena de violência? Caso não, já presenciou envolvendo outras pessoas? Pode me contar essa cena?

3.2- O que você pensa sobre essa cena?

3.4- Você acha que já agiu com violência em alguma situação? E vítima? Pode me contar como foi? (Perguntar apenas se já não foi dito na questão anterior).

3.5- Na sua opinião, de uma forma geral, na sociedade, quem causa violência?

3.6- Você já se sentiu desrespeitado?/ Você acha que já passou por alguma injustiça?/ Acha que algo que aconteceu com você foi injusto? Pode me contar a cena? (Se não apresentar situação, perguntar sobre situações de injustiça com família, amigos...).

3.7- O que você acha que motivou esse desrespeito?/Por que você acha que isso aconteceu?

3.8- Em que lugar você se vê dentro de todo esse contexto?/ O que você pensa sobre essas situações? (de violência/injustiça). (Depende do que foi falado).

3.9- E seu ato infracional? Acha que ele tem relação com algum tipo de cenas como essas (as que conversamos).

4- *Contexto da Medida Sócioeducativa em Meio Aberto:*

4.1- Quantas passagens você teve por medidas sócioeducativas?

4.2- Quantos anos você tinha na primeira passagem? (Caso tenha sido mais de uma).

4.3- Como sua família e outras pessoas próximas reagiram com a imposição da medida?

4.4- E como você se sentiu?

4.5- O que você pensa sobre as medidas sócioeducativas? Acha que poderia ser diferente? Se sim, como?

Anexo 2: Fanzines